

## PUBLICIDADE LEGAL

**Prefeitura Municipal de Nova Pádua**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
O Município torna público o Processo Seletivo Simplificado N°004/2025 para contratação, por prazo determinado, de Médico Ginecologista, 08 horas semanais. Inscrições: de 17/03/2025 à 21/03/2025, horário das 08:30hs às 17:00hs. Editais e retificações à disposição pelo site: [www.novapadua.rs.gov.br](http://www.novapadua.rs.gov.br).  
Nova Pádua, 13 de março de 2025.  
Itamar Bernardi - Prefeito

**Prefeitura Municipal de Nova Pádua**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025**  
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material de expediente e limpeza diversos para as secretarias municipais. Propostas: Das 16h de 14/03/2025 até às 9h de 01/04/2025. Abertura: 01/04/2025 às 9h. Disputa de preços: 02/04/2025 às 9h, no [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br).  
Edital: [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br) e [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br).  
Nova Pádua - RS, 14 de março de 2025.  
Itamar Bernardi - Prefeito Municipal.

**MUNICÍPIO DE VALE REAL**

**RETIFICAÇÃO**  
O Município de Vale Real comunica que foi **RETIFICADO** o Edital 008/2025 – **PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025** – aquisição de equipamentos odontológicos, conforme abaixo descrito: a) Alterada data da sessão pública do pregão para **28 de março de 2025**; b) Alterada a descrição do Item 01 – Termo de Referência – 1.1, passando a vigorar com a seguinte descrição: "01 unidade de Ultrassom odontológico com jato de bicarbonato: - aparelho conjugado de ultrassom para profilaxia do cálculo e jato de bicarbonato de sódio para remoção do biofilme não mineralizado; - frequência do ultrassom: podendo variar de 28.000 Hz a 35.000 Hz; - alimentação bivolt ou 220V; - reservatório ou abastecimento autônomo de água. Valor de referência: R\$ 4.523,33. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas. O Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico. Vale Real, 13 de março de 2025. **MARCELO ANTÔNIO BETTEGA**, Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE GAURAMA**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2025**  
**ELIEZER VAGNER ZANATTA**, Prefeito Municipal de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul, torna público a ratificação da dispensa de licitação supra, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de 02 (duas) colhedoras de forragem (ensiladeiras) novas. Fundamento legal: Art. 75, inc. III, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21. **Contratada:** Agro Máquinas Zanella Ltda. **Preço global:** R\$ 129.998,00 (cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e oito reais).  
**Prazo contratual:** 60 (sessenta) dias. Gaurama/RS, 12 de março de 2025.  
**ELIEZER VAGNER ZANATTA**  
Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Muliterno**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
O Município de Muliterno/RS torna público a Licitação, **Pregão Eletrônico 005/2025** – **Objeto** – Aquisição de Tubos de Concreto – **Sessão Pública** - 28/03/2025 às 09:00 horas; a sessão do Pregão será realizada via Plataforma [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), informações pelo fone 54 3386 1111 ou ainda por e-mail: [compras@muliterno-rs.com.br](mailto:compras@muliterno-rs.com.br). Edital disponível no site [www.muliterno.rs.gov.br](http://www.muliterno.rs.gov.br).  
Muliterno, 10 de março de 2025.  
Cleuir Vidi, Prefeito Municipal

**USINA TERMELETRICA CAMBARÁ S.A.****Edital de Convocação da Assembléia Geral Ordinária**

O Diretor Presidente da Usina Termelétrica Cambará S.A., Sr, Carlos Eduardo Trois de Miranda, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de março de 2025, na sede da empresa, sito Av. Diário de Notícias, nº 200 – Conjunto 2012, bairro Cristal, nesta Capital, as 10 horas para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Assim como deliberar sobre a destinação do resultado apurado no ano de 2024.

Porto Alegre – RS, 17 de março de 2025.

Carlos Eduardo Trois de Miranda  
Diretor Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025**

O Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha/RS, torna público, que se acha aberto o Pregão Eletrônico nº 12/2025, tipo de licitação menor preço por item, objetivando Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para realizar as lavagens dos veículos, caminhões, vans, ônibus e equipamentos pesados da administração municipal, conforme descrito nesse edital e seus anexos e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 9.042, de 27 de março de 2023. A sessão virtual será realizada no seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia 31/03/2025, às 9h, informações poderão ser obtidas junto a Central de Compras e Distribuições ou pelo site [www.lagoavermelha.atende.net](http://www.lagoavermelha.atende.net).

ELOIR JORGE MORONA - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 Lei Federal nº 14.133/21**

O Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha/RS, torna público, que se acha aberto o Pregão Eletrônico nº 11/2025, tipo de licitação menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais necessários para a pavimentação de vias (logradouros) do município, em PMF (Pré misturado a Frio) e também para a manutenção e conservação de vias pavimentadas com este tipo de insumo, conforme descrito nesse edital e seus anexos e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 9.042, de 27 de março de 2023. A sessão virtual será realizada no seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia 28/03/2025, às 9h, informações poderão ser obtidas junto a Central de Compras e Distribuições ou pelo site [www.lagoavermelha.atende.net](http://www.lagoavermelha.atende.net).

ELOIR JORGE MORONA - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA/RS. RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025**

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis necessários para o abastecimento da frota municipal.

1) Fica incluído no Item 22.1 do Edital na Cláusula IV da Minuta da Ata de Registro de Preços, as seguintes dotações orçamentárias: 11.68, 107, 137, 172, 217, 267, 325, 426 e 566.

2) Fica alterada a data de recebimento e abertura do certame para o dia 27 de março de 2025, às 09h.

3) Permanecem inalteradas as cláusulas do Edital de Licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 10/2025.

ELOIR JORGE MORONA  
Prefeito Municipal

**USINA TERMELETRICA CAMBARÁ S/A** CNPJ 30.005.640/0001-55**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL		31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.535.951,81</b>	<b>9.699.162,87</b>
DISPONIBILIDADES		9.178.677,27	9.444.748,51
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.178.677,27	9.444.748,51
<b>CRÉDITOS</b>		<b>357.274,54</b>	<b>254.414,36</b>
Impostos a Recuperar		357.274,54	254.414,36
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.715.751,85</b>	<b>7.087.265,24</b>
INTANGÍVEL		6.715.751,85	7.087.265,24
Projeto UTE Cambará		6.715.751,85	7.087.265,24
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>16.251.703,66</b>	<b>16.786.428,11</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>372.792,16</b>	<b>72.549,53</b>
Fornecedores		7.190,36	37.110,53
Obrigações Tributárias		365.601,80	8.773,38
Credores Diversos		15.066.074,58	26.665,62
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.066.074,58</b>	<b>16.713.878,58</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>15.066.074,58</b>	<b>15.464.104,96</b>
<b>CRÉDITOS COM SÓCIOS</b>		<b>15.066.074,58</b>	<b>15.464.104,96</b>
Mútuo Urbana Participações		10.376.633,20	10.517.173,98
Omega Engenharia		2.309.803,95	2.681.317,34
Urbana Participações		2.379.637,43	2.265.613,64
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>812.836,92</b>	<b>1.249.773,62</b>
Capital Social		10.000,00	10.000,00
Reserva de Lucros		802.836,92	1.239.773,62
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>16.251.703,66</b>	<b>16.786.428,11</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		<b>84.643.825,24</b>	<b>80.367.279,55</b>
Venda de Energia Elétrica		84.643.825,24	80.367.279,55
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA		(7.829.553,74)	(6.810.327,21)
Impostos Incidentes		(7.829.553,74)	(6.810.327,21)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>76.814.271,50</b>	<b>73.556.952,34</b>
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(76.814.218,29)	(73.556.947,02)
Compra de Energia para Revenda		(76.814.218,29)	(73.556.947,02)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>53,21</b>	<b>5,32</b>
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(392.275,90)	(42.982,14)
Prestação de Serviço PJ		(107.814,70)	(16.008,40)
Taxas Operação Mercado Energia		(278.781,61)	(23.479,91)
Outras Despesas Operacionais		(5.679,59)	(3.493,83)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(44.714,01)	(21.840,41)
Receitas Financeiras		644.331,13	742.288,62
(-) Pis e Cofins s/Receitas Financeiras		(29.789,68)	(34.227,45)
(-) Despesas Financeiras		(659.255,46)	(686.220,76)
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(436.936,70)</b>	<b>(21.136,41)</b>
(-) PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(395,11)
(-) PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA		-	(658,51)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(436.936,70)</b>	<b>(22.190,03)</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDO EM 31/12/2022</b>	<b>10.000,00</b>	<b>669.355,06</b>	<b>679.355,06</b>
(-) Prejuízo do Exercício	(22.190,03)	(22.190,03)	(44.380,06)
Ajuste de Exercício Anterior	592.608,59	592.608,59	1.185.217,14
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>10.000,00</b>	<b>1.239.773,62</b>	<b>1.249.773,62</b>
(-) Prejuízo do Exercício	(436.936,70)	(436.936,70)	(873.873,32)
<b>SALDO EM 31/12/2024</b>	<b>10.000,00</b>	<b>802.836,92</b>	<b>812.836,92</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2024**

**NOTA 01 - DO OBJETO SOCIAL E EXERCÍCIO FINANCEIRO:** a) Objeto Social: A sociedade tem por objeto social a geração de energia elétrica (CNAE 3511-5/01); o comércio atacadista de energia elétrica (CNAE 3513-1/00).

**NOTA 02 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base nas disposições contidas na lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**NOTA 3 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:** O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**NOTA 4 - OPÇÃO TRIBUTÁRIA:** A Companhia optou pela tributação d seus resultados pelo Lucro Real Trimestral.

**FEDERAÇÃO GAÚCHA DE AUTOMOBILISMO**

CNPJ 93023679/0001-15

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da Federação Gaúcha de Automobilismo, no uso de suas atribuições, convoca os Senhores Presidentes dos Clubes filiados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, nos termos dos artigos 12, 13, III, 15 e 16 do Estatuto, que deverá realizar-se no dia 25 de março de 2025, na sede da FGA, na Rua Cristóvão Colombo, 1562 bairro Floresta Porto Alegre, neste Estado, às 18h, para tratar a seguinte ordem do dia: a) Apreciação e julgamento do Balanço encerrado em 31/12/2024, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal; b) Apreciação e julgamento do Orçamento para o exercício de 2025; c) Assuntos gerais. Caso não haja o número legal na primeira chamada, a Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á em segunda e última convocação às 19h, com qualquer número e no mesmo local e dia. Estão aptos a participar e votar na AGO todos os clubes filiados em dia com suas obrigações estatutárias até 31/12/2024. Na participação por representação, o Representante deverá fazer parte da Diretoria do clube filiado, não podendo a mesma pessoa representar mais de um filiado. A presença e voto por Representação será permitida através de procuração, com assinatura eletrônica simples conforme preconiza Lei n.14.063/2020 ou com reconhecimento de firma em Tabelionato de Notas, que deverá ser enviada para o email [fga@fgars.org](mailto:fga@fgars.org) até às 17h do dia 25 de março de 2025. O Registro de presença e votação se dará por meio eletrônico, através de link encaminhado aos credenciados, podendo ser logado à distância ou na sede da Federação.

Porto Alegre, 13 de março de 2025.

Arlindo Signor  
Presidente da FGA

**COOPERATIVA TRITÍCOLA CAÇAPAVA LTDA.**

CNPJ: 87.678.132/0001-55

Av. João Manoel Lima e Silva, 1136 - Caçapava do Sul/RS

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Tritícola Caçapava Ltda., Cotrisul, tendo seu quadro social composto por 2.447 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete) associados, usando das atribuições que lhe confere os Artigos 19 (dezenove) e 43 (quarenta e três), letra "d", em cumprimento ao Artigo 29 (vinte e nove) e 30 (trinta) do Estatuto Social, "CONVOCA" os senhores associados para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar-se dia 24 (vinte e quatro) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 12:00 (doze) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, às 13:00 (treze) horas em segunda convocação com a presença da metade mais um dos associados, e, em terceira convocação às 14:00 (quatorze) horas com número mínimo de dez associados, tendo por local a Sede Social da Associação dos Funcionários da Cotrisul-Asfinc, sito à Estrada do Salso, sem número, nesta cidade de Caçapava do Sul, com a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório do Conselho de Administração, Balanço Geral, Demonstrativo da conta "Sobras e Perdas", Parecer do Conselho Fiscal e Parecer da Equipe de Assessoria e Auditoria, referentes ao ano de 2024.

b) Deliberar o destino das "Sobras e Perdas".

c) Fixar os honorários da Diretoria Executiva e o valor da Cédula de presença para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissões de Produtos e Comitê de Integração.

d) Aprovação de indicação e posse do Conselho Fiscal de acordo com o Artigo 58 (cinquenta e oito) do Estatuto Social.

e) Assuntos Gerais.

Nota: A Assembleia será realizada fora da Sede Social por falta de condições adequadas.  
Caçapava do Sul, 10 de março de 2025.  
Gilberto Dickel da Fontoura  
Presidente

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****PODER JUDICIÁRIO****SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DE NOVA SANTA RITA****CIDADE DE NOVA SANTA RITA/RS****COMARCA DE CANOAS****EDITAL**

**LOCALIZAÇÃO DE PARCELA** - Confrontante identificado em local incerto ou não sabido, Art. 213 §3 da Lei n. 6.015/73 - Interessado(s): **ROBERTO VESELY E VANDA REGINA VESELY FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem, e a quem mais possa interessar, que o Sr. Roberto Vesely (CPF: \*\*\*.986.310-\*\*) e a Sra. Vanda Regina Vesely (CPF: \*\*\*.861.500-\*\*), de qualificação ignorada, atualmente em lugar incerto e desconhecido para tomarem conhecimento e ficarem notificados do que segue: que NOTIFICO e FAÇO PÚBLICO o que segue: 1) Na forma do art. 213, II, da Lei 6.015/73, **JOÃO BATISTA FRAGA**, (CPF: \*\*\*.525.430-\*\*) e sua mulher **EMÍLIA PEREIRA FRAGA**, (CPF: \*\*\*.489.602-\*\*), **OSNI PEREIRA FRAGA**, (CPF: \*\*\*.676.050-\*\*) e sua mulher **LORENA HOFFMANN FRAGA**, (CPF: \*\*\*.587.760-\*\*) e **ODONE PEREIRA FRAGA**, (CPF: \*\*\*.878.820-\*\*) 2) Requereram a **LOCALIZAÇÃO DE PARCELA DA FRAÇÃO DE 754,00M²** do imóvel situado no lado ímpar da Rua Dr. Lourenço Zaccaro, Bairro Centro, na cidade de Nova Santa Rita/RS, integrante de um todo maior de 3.016,00m² objeto da matrícula nº 30.127 do Livro 2-RG do Registro de Imóveis de Canoas/RS; e conforme documentação apresentada, procedida a localização da área, este passará a ter a seguinte descrição: **UM TERRENO**, no lado ímpar da Rua Dr. Lourenço Zaccaro, no bairro cadastrado como Centro, na zona urbana do município Nova Santa Rita/RS, no quarteirão hoje formado pelas ruas: Dr. Lourenço Zaccaro, Cicero Alfama de Oliveira e Justino de Souza Batista, com área superficial de 754,00 m², inscrição municipal nº 16870, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, segue no sentido Noroeste-Sudeste, na extensão de 37,61 m, no alinhamento com a Rua Cicero Alfama de Oliveira; ao LESTE, segue no sentido Noroeste-Sudeste, na extensão de 22,19 m com terras de propriedade de Valmir Francisco Simioni (matrícula 30.127); ao SUL, segue no sentido Nordeste-Sudoeste, na extensão de 31,97 m com terras de propriedade de Roberto Vesely (matrícula 30.127); e ao OESTE, segue no sentido Sudeste-Noroeste na extensão de 26,50 m, onde faz frente, no alinhamento da Rua Dr. Lourenço Zaccaro. Forma esquina entre a Rua Dr. Lourenço Zaccaro e Rua Cicero Alfama de Oliveira, conforme Memorial Descritivo e Planta de Localização/Retificação elaborada pelo Eng. Civil e Agrícola, Fábio Bonetti - CREA/RS 171.675;**

3) Portanto, havendo razão para impugnação, que estes se dirijam ao Tabelionato de Notas da cidade de Nova Santa Rita/RS, localizado na Rua Hélio Fraga de Moraes Sarmento, nº 320, Bairro Centro, na cidade de Nova Santa Rita/RS, em dias úteis, no horário das 9 às 17 horas, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contados a partir da data da primeira publicação deste edital. Fiquem todos identificados que a não apresentação de impugnação no prazo estipulado garante o direito da efetivação da localização do imóvel identificado na forma requerida.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI****SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025**

A Prefeitura Municipal de Itacurubi – RS, torna pública a **SUSPENSÃO** referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar nas escolas da rede municipal de ensino de Itacurubi/RS. A suspensão se dá para revisão e retificação do Edital e demais peças instrutórias, cujas cópias encontram-se à disposição dos interessados no <https://www.itacurubi.rs.gov.br/site/licitacoes>. A nova data de abertura será divulgada na forma da Lei. Maiores informações poderão ser obtidas com o Setor de Licitações, através do e-mail: [licitacoes.itacurubi@gmail.com](mailto:licitacoes.itacurubi@gmail.com).

Itacurubi, 13 de março de 2025.  
José Adolfo Caetano Rigon  
Vice-Prefeito Municipal em exercício

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI**

**AVISO DE EDITAL: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025.** Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra, visando a construção de Unidade Básica de Saúde porte I, conforme proposta nº 12086.0890001/24-004, do Novo PAC. Abertura dia 31/03/2025, às 9h, Sessão eletrônica no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Edital e anexos no site: [www.itacurubi.rs.gov.br](http://www.itacurubi.rs.gov.br).

**José Adolfo Caetano Rigon, Vice-Prefeito Municipal em exercício.**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Alto Alegre**  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000 Fone: 0.54.3382-1030 - FAX: 0.54.3382-1122  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº020/2025 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2025**  
**Objeto: SRP- Contratação de empresa especializada para realização de serviços de segurança desarmada para os eventos culturais, artísticos e campeonatos esportivos, para Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria de Administração.** Tipo de licitação: **Menor Valor Por Item.** **Data e horário da sessão: 01.04.2025 às 08:30 horas.** Íntegra do edital [www.altoalegre.rs.gov.br/e/ou](http://www.altoalegre.rs.gov.br/e/ou) [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). Alto Alegre/RS, 14 de Março de 2025.  
**SILMAR DEMAMAN-Prefeito Municipal.**

**CALÇADOS BEIRA RIO S/A.** CNPJ/MF 88.379.771/0001-82. NIRE 43300035247. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Assembleia Geral Ordinária. Convocam-se os acionistas da Calçados Beira Rio S/A (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de março de 2025, às 8:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rodovia RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534. A Assembleia Geral será realizada na modalidade **semipresencial**, sendo facultada a participação e votação à distância pelos acionistas, na forma do artigo 121, § único, da Lei 6.404/76 e da regulamentação aplicável. A participação remota se dará exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência cujo link e senha de acesso serão fornecidos pela administração aos acionistas que os solicitarem, na forma deste Edital. A Assembleia Geral apreciará e deliberará sobre a seguinte **ordem do dia:** (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Eleger a Diretoria e fixar sua remuneração; e (iv) Eleger o Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração; **Informações Gerais:** (i) **Disponibilidade dos documentos:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas, conforme aplicáveis. (ii) **Procuração:** Em caso de participação presencial, eventuais instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário da assembleia. (iii) **Participação e votação à distância:** O convite para participação e o link para o acesso aos documentos pertinentes à Assembleia Geral aplicáveis, disponibilizados em meio digital seguro, serão remetidos ao acionista que os solicitarem com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. A solicitação deverá ser encaminhada por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: <bruno\_emerim@beirario.com.br>. Juntamente com a solicitação de senha e link de acesso, o acionista deverá anexar em via eletrônica (em arquivo PDF), conforme aplicável, os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida também cópia digitalizada (em arquivo PDF) do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Novo Hamburgo/RS, 13 de março de 2025. Roberto Argenta. Diretor-Presidente.

**Sindicato das Indústrias Químicas no Estado do Rio Grande do Sul**  
Rua Santa Catarina, 40 - 9º andar- Sala 906  
Bairro Santa Maria Goretti  
CEP 91030-330 - Porto Alegre - RS  
CNPJ: 92.953.942/0001-02  
**ELEIÇÕES SINDICAIS**  
**AVISO**  
Será realizada eleição, no dia 12 de junho de 2025, no horário das 10h às 16h, na sede desta Entidade, para composição da Diretoria, Conselho-Fiscal e Delegados Representantes ao Conselho da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul a que está filiada, bem como dos seus respectivos Suplentes, para o período de mandato de 2025 a 2028, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, no período de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Aviso.  
O Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na sede desta Entidade.  
Porto Alegre, 14 de março de 2025.  
**NEWTON MARIO BATTASTINI**  
Presidente

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**O presidente da FIEICA RS, federação intermunicipal dos empregados em indústrias e cooperativas da alimentação do Rio grande do Sul,** representando seus filiados sindicatos dos trabalhadores da alimentação de Alegrete, Bagé, Camaquã, Estrela, Ijuí, Panificação de Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo e São Gabriel, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, Artigo 20º, letra b), § 1º **CONVOCA** todos seus filiados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na cidade de Porto Alegre, sito a Rua Quintino Bandeira, 674, bairro floresta, na seguinte data, no dia 26 de março de 2025 (quarta-feira) em Primeira Convocação às 10:00 Horas e em Segunda e Última Convocação às 10:30 Horas.  
**ORDEM DO DIA**  
1. Análise, constituição e aprovação da pauta de reivindicações da categoria em relação à data-base de 1º de maio e de 1º de Junho com vistas à revisão do período **2025/2026**. 2. Autorização à diretoria da FIEICA-RS , para instaurar negociação coletiva de trabalho com os representantes patronais (Sindicatos das categorias econômicas e/ou empresas); firmar Convênio ou Acordo Coletivo de Trabalho; apresentar protesto judicial; instaurar Dissídio Coletivo no caso de insucesso das tratativas prévias; contestar dissídio coletivo e firmar acordos judiciais ou extrajudiciais, inclusive aditivos; 3. Deliberar sobre a autorização prévia expressa para que as empresas efetuem os descontos de importância ou percentual do salário autorizado por esta assembleia; deliberar sobre o direito a oposição; seu repasse aos cofres das entidades para fins de assistência social, educacional e custeio das despesas decorrentes do processo de negociação, em face das alterações impostas pela Lei 13467/17, denominada “reforma trabalhista”; 3. Autorização para a Federação atuar como substituto processual dos integrantes da categoria, coletiva ou individualmente, promovendo ações coletivas (ação civil pública, mandado de segurança, mandado de injunção, ação de cumprimento de dissídios, convênções e acordos coletivos) bem como ações para verificação de condições insalubres e diferenças decorrentes da base de incidência, entre outras que se fizerem necessárias para assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores; 4. Assuntos Gerais.  
Porto Alegre, 12 de março de 2025.  
Pedro Mallmann - Presidente FIEICA-RS

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PORTO ALEGRE**  
**SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 3ª ZONA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL**  
\* Oficial do Registro de Imóveis da 3ª Zona desta Capital, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 216-A, § 4º, da Lei 6.015/73:  
Faz saber que Lorien Salette Pietroski, Ary Vinívio Pietroski Ramires e Viviane Ronize Pietroski Ramires requereram o reconhecimento do direito de propriedade, por meio de USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL do seguinte imóvel: os prédios de alvenaria denominados prédio 01 e prédio 02, situados na Avenida Principal da Ponta Grossa 970, interior 224 e o respectivo terreno de formato regular, com frente para o beco de servidão - Acesso H - perpendicular à Rua Emílio Dimari, onde leva o nº 24, tendo o vértice V1, distante 40,52m do alinhamento predial da Rua Emílio Dimari e deste ponto até o alinhamento predial da Estrada Geral da Ponta Grossa na distância de 215,82m; do vértice V1, ao noroeste, a divisa segue por uma linha reta até o vértice V2 na distância de 10,00m, onde faz frente para o Acesso H, deste a divisa segue por 30,00m, ao nordeste, onde divide-se com terreno que é Lorien Salette Pietroski, até atingir o vértice V3, deste, ao noroeste faz divisa de fundos com o lote de Lorien Salette Pietroski, na distância de 10,00m até atingir o vértice V4, deste, ao nordeste, a divisa segue por 4,00m onde divide-se com o lote de Laudécio Elias Gomes, até atingir o vértice V5; deste, a divisa segue por 20,00m, onde divide-se com área de propriedade de Marcelo Santos Almeida, Rua Emílio Dimari, beco três, acesso 359, casa 146, até atingir o vértice V6, deste ao sudeste, a divisa segue por 34,00m, onde divide-se o lote de Pedro Alexandre Avenna, até atingir o vértice V1, ponto inicial desta descrição; perfaz uma área de 380,00m². Parte do todo maior registro registrado no livro 2-RG, matrícula 4.323, desta Serventia. A espécie de usucapião pretendida é a Extraordinária, estando juntada a documentação exigida pelo art. 216-A, da Lei 6.015/73. O procedimento foi protocolizado sob nº 939.276, em 02/10/2023. Desta forma, ficam cientes terceiros eventualmente interessados, ausentes, inertes ou desconhecidos, do procedimento acima, sendo que decorrido o prazo legal de 15 dias, a contar da publicação deste, sem impugnação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes e será efetuado o registro requerido.  
Porto Alegre, 10 de dezembro de 2024.  
Maysés Marcelo de Sillós  
Registrador

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial SRP nº 04/2025**

Proc. Licitatório nº 26/2025. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios, perecíveis e não perecíveis, destinados à Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Trindade do Sul. Abertura: 28/03/2025 às 09h. Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura, sito no Centro Administrativo Municipal, Rua Alecrim, 120, Centro, fone: (54) 99925.5612 ou no e-mail: [licitacoes@trindadedosul.rs.gov.br](mailto:licitacoes@trindadedosul.rs.gov.br), no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min de segunda a sexta feira. **Odair Adilio Peliclioli - Prefeito**

**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2025 –REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2025.** Data da Sessão: 02 de abril de 2025: 13:30 horas. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Domingos do Sul/RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 06/2025, de critério de julgamento de menor preço por item. **Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I).** O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul e no site: [www.saodomingosdosul.rs.gov.br](http://www.saodomingosdosul.rs.gov.br). Maiores informações na Prefeitura Municipal, Rua Eduardo Cerbaro, nº 88, na cidade de São Domingos do Sul, ou pelo fone: (54) 3349-1122. Jonas Tibola. Prefeito Municipal.

**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS**

**EXTRATO DE PROSSEGUIMENTO E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2025 - Registro de Preços 04/2025.** O Prefeito Municipal de São Domingos do Sul/RS, torna público o prosseguimento e retificação de edital de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 005/2025, de critério de julgamento de menor preço por item. **Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas e caminhões com respectivos operadores e motoristas sob o regime de horas/máquinas para atender a demanda do Município de São Domingos do Sul/RS.** Data de Abertura: 01 de abril de 2025. Horário: 13h30min. Local: Secretaria Municipal de Administração. O edital de retificação encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul e no site [www.saodomingosdosul.rs.gov.br](http://www.saodomingosdosul.rs.gov.br). Maiores informações na Prefeitura Municipal, Rua Eduardo Cerbaro, nº 88, na cidade de São Domingos do Sul, ou pelo fone: (54) 3349-1122. Jonas Tibola. Prefeito Municipal.

**MUNICÍPIO DE BARÃO****PUBLICAÇÃO DE EDITAL**  
**AVISO DE LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025**  
**OBJETO:** Contratação de empresa para reassentamento de pavimentação de blocos intertravados em diversas vias municipais  
**DATA:** 24/04/2025  
**HORÁRIO:** 08:30 HRS  
**LOCAL:** [www.pregaoanrisul.com.br](http://www.pregaoanrisul.com.br)  
**Informações:** Fone: (51) 3696-1200 - Site: [www.barao.rs.gov.br](http://www.barao.rs.gov.br); ou pelo e-mail: [licitacoes@barao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@barao.rs.gov.br)  
JEFFERSON SCHUSTER BORN  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA****Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico SRP nº 08/2025**

Processo Administrativo nº 63/2025. O Prefeito de Dom Pedro de Alcântara/RS, torna público que o processo licitatório na modalidade Pregão de forma Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, para aquisição de móveis, equipamentos e equipamentos e suprimentos de informática para atender as necessidades da Administração Pública Municipal, pelo Menor Valor Unitário. Dia: 27/03/2025 às 09:30 horas. Edital e informações no Setor de Licitações, fone: (51) 3664.0011, Ramal 215, das 09h às 17h, site: [www.dompedrodealcantara.rs.gov.br](http://www.dompedrodealcantara.rs.gov.br) ou e-mail: [licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br](mailto:licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br). Dom Pedro de Alcântara, 13/03/2025. **Alexandre Model Evaldt - Prefeito Municipal**

**MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS****AVISO DE LICITAÇÕES**

**Lic. 45/2025. Inexigibilidade 10/2025.** Obj. Contratação de empresa para fornecer capacitação à equipe do Conselho Tutelar e Rede de Atendimento, para os servidores T. F. B., M. I. R. F., N. A. W. e M. R. da Secretaria Municipal de Assistência Social. Valor R\$3.600,00. Fornecedor: ACONTURS - ASSOCIACAO DOS CONSELHEIROS E EX-CONSELHEIROS TUTELARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CNPJ 10.604.267/0001-41. BL ART. 72 c/c art. 74, III, "F" da Lei 14.133/2021.  
**Lic. 46/2025. Inexigibilidade 11/2025.** Obj. Contratação de empresa para fornecer capacitação para os servidores M. A. B. da Secretaria de Planejamento e os servidores M. V. F. e D. R. da Secretaria Municipal de Finanças, sobre "Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2026 – 2029". Valor R\$1.798,20. Fornecedor DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ 13.021.017/0001-77. BL ART. 72 c/c art. 74, III, "F" da Lei 14.133/2021.  
**Lic. 47/2025. Inexigibilidade 12/2025.** Obj. Contratação de empresa para fornecer capacitação para o servidor T. A. S. da Secretaria de Municipal de Agricultura sobre "Rotulagem de Alimentos". Valor R\$586,00. Fornecedor FAMURS – Federação das Associações de Municípios RS, CNPJ 88.733.811/0001-42. BL ART. 72 c/c art. 74, III, "F" da Lei 14.133/2021.  
Termo disponível na íntegra no site: [www.trespasos.rs.gov.br](http://www.trespasos.rs.gov.br) licitações 2025. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DO AEROPORTO SALGADO FILHO - COOTAERO**

CNPJ Nº: 90.149.071/0001-43

O presidente, no uso de suas atribuições e poderes que lhe são conferidos pelo artigo 19 do Estatuto Social, convoca a Assembleia Geral da COOTAERO, que se realizará no salão do Hotel Letto localizado na R. Duque de Caxias, 1454 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, no dia 26/03/2025, às 12:00 em primeira convocação com a presença de 2/3 dos associados, às 13:00; em segunda chamada com a presença da metade mais um dos associados e às 14:00 em terceira e última chamada com a presença de 10 (dez) associados; para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

**Em Regime de Assembleia Geral ordinária:**

- 1 - Prestação de contas do Conselho de Administração, referente ao exercício de 2024 acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
  - a) Relatório da Gestão;
  - b) Balanço Geral;
  - c) Demonstrativo das Sobras/Perdas Apuradas;
- 2 - Eleição e posse do Conselho Fiscal e de outros conselhos e preenchimento de cargos vagos, quando for o caso;
- 3 - Fixação do valor dos honorários para os membros do Conselho de Administração para as funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 2 conselheiros, bem como o da cédula de honorários para os componentes do Conselho Fiscal pelo comparecimento às respectivas reuniões.
- 7 - Assuntos Gerais.

**Notas:**

- 1 - Para efeito de verificação de quórum, considera-se o número de 150 associados nesta data.
- 2 - A AGO se realizará fora da sede social por falta de condições adequadas na sede da cooperativa.

Porto Alegre, 26/03/2025  
Marcos Andre Ferraz Nunes  
Presidente

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ESTRELA**  
Com sede e foro neste município e com abrangência intermunicipal  
Rua Coronel Mussnich, nº 725 - Bairro: Centro - Estrela - RS  
CEP: 95.880-000 - CNPJ nº 89.780.969/0001-36 - Telefone/Whatsapp: (51) 3712.1366  
E-mail: [acordocoletivo@sindicatometalurgico.org.br](mailto:acordocoletivo@sindicatometalurgico.org.br) / [contato@sindicatometalurgico.org.br](mailto:contato@sindicatometalurgico.org.br)

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS**

Em cumprimento ao disposto no art. 49 do Estatuto Social faço de conhecimento público que, nesta data, a Comissão Eleitoral deferiu o registro da seguinte chapa para concorrer ao pleito que será realizado no dia 05 de maio de 2025 (primeira chamada) ou no dia 19 de maio de 2025 (segunda chamada) para eleição dos novos mandatários da Entidade. A chapa registrada tem a seguinte composição.

**DIRETORIA – Efetivos**

**Presidente:** Nilton Cesar França Eleuthério  
**Vice-presidente:** Amilton Juarez Ferreira  
**Diretor de Administração:** Adriano Antunes dos Santos  
**Dir. Formação/Política Sindical:** Vinícius Oseias Baron  
**Dir. Divulgação, Cultura e Lazer:** Valdinei Endres  
**Diretor de Finanças e Patrimônio:** Arnaldo Woicichoski  
**Diretor Adjunto de Finanças:** José Oliveira Martins

**CONSELHO FISCAL – Efetivos**

Sérgio Moacir dos Santos  
Pedro Albino Stroher  
Adelar Gerhardt  
**DELEGAÇÃO REPRESENTATIVA – Efetivos**  
Nilton Cesar França Eleuthério  
José Oliveira Martins

Em atenção do que determina o parágrafo primeiro do art. 49 do Estatuto Social fica aberta o prazo de três dias úteis para a apresentação de impugnação aos candidatos e a própria chapa. O prazo terá início no dia da publicação desse edital. As impugnações acompanhadas dos documentos necessários deverão ser apresentadas na Secretaria da entidade no horário das 8h30min às 11h30min e das 14hs. às 17h30min. Estrela, 14 de março de 2025.  
Nilton Cesar Franco Eleuthério - Presidente.

**CONSELHO FISCAL – Suplentes**

José Alcindo Correia da Cruz Lima  
Maurício Rohrig de Oliveira  
João Alberto Zard

**DELEGAÇÃO REPRESENTATIVA - Suplentes**

Valdinei Endres  
Eliana Calgaro

**Produção de motos cresce 25,8% em fevereiro**

A produção de motos teve crescimento de 25,8% em fevereiro, frente ao mesmo mês do ano passado, chegando a 176,7 mil unidades. Na comparação com janeiro, a alta foi de 6,4%. O balanço foi divulgado nesta quinta-feira pela Abraciclo, entidade que representa as montadoras de motocicletas instaladas no polo industrial de Manaus (AM), onde é feita a maior parte da produção do veículo no País. Nos dois primeiros meses do ano, foram produzidas 342,8 mil motos, um crescimento de 21,7% ante o primeiro bimestre do ano passado.

Ao comentar o balanço, o presidente da Abraciclo, Marcos Bento, atribuiu o desempenho ao planejamento estratégico das montadoras, que se preparam melhor para as dificuldades do transporte de cargas durante o período de seca na região.

O executivo destaca também a ampliação da capacidade de produção do setor para atender a demanda, puxada nos últimos anos pela expansão dos serviços de entrega (delivery) e pela busca do consumidor por veículos mais baratos e econômicos. Para 2025, a expectativa da entidade é de crescimento de 7,5% da produção, para 1,88 milhão de motos.

As vendas de motos, de 156 mil unidades no mês passado, subiram 14,4% frente a fevereiro de 2024 e 2,6% na comparação com janeiro. Com isso, o volume no primeiro bimestre chegou a 308 mil motocicletas, alta de 10,1% em relação aos dois primeiros meses de 2024.

**Prefeitura Municipal de Cristal do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025**

Objeto: Compra de 01(um) Veículo Sedam Novo, 0km, ano/modelo 2025/2025, 04 portas, demais itens conforme Termo de Referência. Abertura: 28/03/2025 às 8h. Informações e edital poderão ser adquiridas na Secretaria Municipal da administração, nos horários de expediente das 07:30 às 11:30 r das 13:00 às 17:00horas, ou pelo fone e WhatsApp: (55) 3616-2215, site: [www.cristaldosul.rs.gov.br](http://www.cristaldosul.rs.gov.br), <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, email: [compraslicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br](mailto:compraslicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br)  
Cristal do Sul – RS, 13 de março de 2025  
Alexandre Costa - Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Jaquirana****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2025**

Objeto: Aquisição e instalação de uma estação de tratamento de água por parte do município. Propostas das 9h de 17/03/2025, até às 8:50h de 28/03/2025. Abertura: 28/03/2024, às 9h. Edital e informações no Setor de Licitações, sito à Rua Inácio Rodrigues, n.º 451, ou pelos fones (54) 3196-3105, (54) 99705-2516, das 8h às 12h e das 13h30min. às 17h30 min., ou pelo e-mail: [licitacao@jaquiranaonline.com.br](mailto:licitacao@jaquiranaonline.com.br).  
Jaquirana/RS, 13 de março de 2024.  
Maria Isabel Rauber Turella, Prefeita Municipal

**MUNICÍPIO DE COXILHA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025**

Proc. Nº 61/2025 - Objeto: contratação de empresa p/ execução dos serviços de transporte e destinação final de resíduos de entulhos do município (menor preço por item). Propostas: De 14/03 a 28/03/2025. Abertura: 28/03/2025, às 9h, no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações: na Prefeitura, Av. Fioravante Franciosi, 68, (54) 992308186, licita@pmcoxilha.rs.gov.br ou [www.pmcxilha.rs.gov.br](http://www.pmcxilha.rs.gov.br). Coxilha/RS, 13/03/2025.  
João Eduardo Oliveira Manica, Prefeito Municipal



TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

CNPJ 094.813.102/0001-70 - NIRE 43.300.053.004
Sociedade Anônima de Capital Aberto - Av. Principal nº 187, Distrito Industrial

Declaração dos Administradores sobre as Demonstrações Financeiras Resumidas: As demonstrações financeiras resumidas não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Table with columns: Balanços Patrimoniais, Ativo, Circulante, Não Circulante, Passivo, Circulante, Não Circulante. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, etc.

Table with columns: Demonstrações do Resultado, Receita operacional líquida, Despesas operacionais líquidas, Resultado antes dos impostos e contrib., etc.

Table with columns: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Reservas de Lucros, Saldos em 01 de janeiro de 2023, Saldos em 31 de dezembro de 2023, Saldos em 01 de janeiro de 2024, Saldos em 31 de dezembro de 2024.

Table with columns: Demonstração do Fluxo de Caixa - método indireto, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou "Grupo", CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, sob CNPJ nº 43.202.481.056. Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel, bem como a prestação de serviços referentes à análise e correção de solo, 1.1. Relação de entidades controladas coligadas e controladas em conjunto: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Participações Ltda., e 13.600 ações encontram-se totalmente subscritas pela acionista Tentes Participações Ltda, sendo integralizadas parcialmente. Em 31 de dezembro de 2024, o balanço da Via Maris Navegação e Portos S.A. era composto por Capital Social, valores do investidos na obra e despesas. Esta operação, possui início previsto em 2026. 1.3. Incorporação de Controlada: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2024, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral FWA 158 Geração de Bioenergia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado do Mato Grosso, nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. pela Três Tentos Agroindustrial S.A.". Em 30 de abril de 2024 foi realizada a incorporação da empresa FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. A FWA foi adquirida pela Controladora em 13 de março de 2024. O valor do patrimônio líquido foi avaliado em 15 de março de 2024, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O valor incorporado não difere dos valores constantes nos livros contábeis e as variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da efetiva incorporação em 30 de abril de 2024 foram observadas pela Companhia. Desta forma, o acervo líquido contábil incorporado em 30 de abril de 2024 está apresentado como segue:

Caixa e equivalentes de caixa..... 10
Impostos a recuperar..... 14
Impostos diferidos..... 55
Imobilizado..... 38.670
Intangível..... 4.251
Acervo líquido incorporado..... 43.000
A operação foi efetuada para atender aos interesses dos sócios e acionistas, pretendendo-se, com o exercício de suas atividades numa só empresa, alcançar um melhor desempenho de seus recursos, racionalizando-se custos operacionais e administrativos, mediante unificação de atividades. 2. Apresentação e resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A Companhia e suas controladas adotaram todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A Companhia e suas controladas estão apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para permitir comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). A preparação das demonstrações financeiras requerer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa 3. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, conforme previsto na orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. Em 24 de fevereiro de 2025, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - Contas a receber de clientes provenientes de cédulas de crédito de produtor rural (CPR); - Contas a pagar a fornecedores atreladas a variação do preço de commodities, denominadas fornecedores a fixar e Estoque de commodities agrícolas. 2.2. Base de consolidação: (i) Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as atividades relevantes da entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Perda de controle: Quando perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer

**Continuação** Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupu, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional no Uruguai é o dólar americano, sendo a única controlada que não utiliza a moeda local. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresa	País	Moeda funcional
3I International S.A.	Uruguai	Dólar americ.
ASas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Real
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Real
Via Maris Navegação e Portos S.A.	Brasil	Real

**2.4. Conversão de moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e cuja finalidade é para atender compromissos de curto prazo na gestão de caixa da Companhia. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços referentes a coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade, no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (ou "impairment"). As provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia. **2.7. Estoques:** As commodities agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas commodities se destinarem substancialmente a operações de "trading". A prática contábil da Companhia relacionada a mensuração do valor justo está descrita na nota explicativa 2.14. Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados commodities. Esses itens são valorizados ao custo de produção, com base nas informações de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação. Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda. As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos destes estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda. **2.8. Arrendamentos:** A administração da Companhia reconhece o ativo direito de uso e o passivo de arrendamento na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia. A determinação da taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/PRé", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de aplicar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Seguindo o disposto no CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, não foram mensurados os ativos direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos que apresentaram incertezas na determinação do valor, itens de baixo valor e que são classificados como curto prazo. Os contratos reconhecidos na data base têm por objeto o arrendamento de instalações e armazéns para que a Companhia distribua geográfica e estrategicamente suas unidades e armazéns de grãos. A Companhia possui contratos de arrendamento com terceiros, e os espaços físicos arrendados estão todos situados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Os contratos têm duração média de 5 (cinco) anos e as renovações dependem da vontade das partes. No momento da contratação do arrendamento, a Companhia busca avaliar a expectativa de renovação dos contratos ao final da sua vigência. Para tal análise, a Companhia compara o novo contrato com contratos similares existentes ou avalia processos semelhantes de arrendamento ocorridos no passado. A Companhia tem por prática trabalhar com filiais próprias. Os casos arrendados geralmente são pontuais, nos quais a duração do contrato tende a ser o prazo estimado para concluir a construção de uma unidade própria. Dessa forma, a Companhia busca expressar em seus contratos o prazo com a expectativa real de permanecer com o espaço arrendado. **2.9. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os bens do ativo imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição e/ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada, bem como perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica CPC 10 (IFRS 1) - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade Para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. A contrapartida do custo atribuído, assim como dos impostos diferidos sobre ele, foi registrada na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

Edificações e prédios	Vida útil em anos	Taxa de depreciação média ponderada
Instalações	57	1,75%
Veículos	10	10%
Máquinas e equipamentos	8	12,70%
Móveis e utensílios	14	6,97%
Equipamentos de computação	10	10,03%
Aeronaves	5	19,76%
Outros	8	20%
	5	13,01%

**2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar referentes à compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referentes à compra de commodities agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de commodities"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das commodities é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos. **2.11. Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Provisões:** **Generais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões da Companhia são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia, tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para essas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 35 (IAS 37). **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, 2.13. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um contrato a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os demais ativos financeiros ou passivos financeiros são primeiramente reconhecidos ao valor justo. **Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue: • Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA"); • Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"); • Os ativos financeiros são classificados subsequentemente ao reconhecimento inicial a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber e instrumentos financeiros derivativos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações reguladas) são reconhecidas na data da negociação ou, se não, por meio do resultado ("VJR"). **Mensuração subsequente:** Uma mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ao custo amortizado: Devem ser mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Ao valor justo por meio do resultado: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Avaliação do modelo de negócios:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por meio de um processo de gestão de risco que inclui a análise de informações, são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como o montante adicional recebido pelo valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos de principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: (i) Direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou - Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: a. substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou b. a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determinem se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu

reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo financeiro, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pagar integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação e o reconhecimento inicial de problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou - probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro que está vencido com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes com problemas de recuperação, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de probabilidade de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores de direito da Companhia. **(ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado (CA); Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando a Companhia faz sua avaliação individual sobre a época de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR): Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado. **(iii) Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de commodity a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. **2.14. Valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos, contas a receber de cédulas de crédito de produtor rural - CPR e fornecedores de commodities a fixar) e estoques de commodities ao valor justo em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes observáveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado são divulgados nas demonstrações financeiras, sua categorização dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. **2.15. Reconhecimento da receita:** O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **2.16. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: - Receitas de juros; - Despesas de juros; - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e - ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **2.17. Tributos: Imposto de renda e contribuição social - Imposto de renda e**

**contribuição social correntes:** Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Algumas das entidades controladas pela Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo assim o imposto de renda e a contribuição social foram apurados aplicando-se sobre a receita bruta autêntica os percentuais fixados na legislação aplicável, de acordo com a atividade das controladas, sendo este resultado acrescido de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e sobre prejuízo fiscal, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e prejuízo fiscal possa ser utilizado. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. **2.18. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (impairment):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.19. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC):** A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Conforme política contábil definida pela Companhia, os juros pagos relacionados aos empréstimos e financiamentos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, sendo tal apresentação efetuada de forma consistente e comparativa aos exercícios anteriores. **2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA):** A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desse montante, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação complementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS. **2.21. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício está apresentado líquido das despesas as quais são relacionadas. No caso dos créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como das isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, o efeito está apresentado como redução dos impostos sobre venda e, portanto, dentro da rubrica de receita operacional líquida. Já no que tange aos incentivos de diferimento de ICMS, os quais são relacionadas as compras de determinados produtos, o efeito do incentivo fiscal está apresentado como uma redutora do custo dos produtos vendidos. As premissas e métodos de cálculos das subvenções governamentais estão descritas na nota explicativa 25. **2.22. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.23. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. **2.24. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia. Desta forma, os segmentos reportáveis da Companhia são três, sendo eles: (i) Segmento de Insumos; (ii) Segmento de Grãos e; (iii) Segmento de Indústria. Na nota explicativa 27, estão detalhados os tipos de receitas que compõem os segmentos da Companhia. **2.25. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Acordos de pagamento baseado em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados

**Continuação** **Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70**

dos é reconhecido como despesas de pessoal, com correspondente aumento do patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.26. Normas e interpretações emitidas, efetivas e não efetivas no exercício.** A Companhia e suas controladas avaliaram a seguinte alteração na preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alterações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguro, e alterações ao CPC 50 Contratos de Seguro. Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC/IASB, que entram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2024 pela Companhia e suas controladas, não havendo efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a sua aplicação: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7; • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento). Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia e suas controladas. Uma série de novas normas contábeis serão efetivas em exercícios futuros. O Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa e para apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Administração também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **B. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - *Provisão para perdas com contas a receber de clientes (nota explicativa 5):* As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia tem como política analisar e provisionar os títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como provisionar perda para todos os títulos em aberto desse devedor. São utilizados aspectos julgamentais para manter ou não o provisionamento de casos em que ocorre a renegociação de dívida ou formalização do compromisso por parte do cliente. Dentre os julgamentos efetuados, são considerados os motivos que levaram o cliente a não pagamento (razões climáticas que levaram à quebra de safra, por exemplo), o relacionamento histórico com o cliente, a intenção de pagar e evidências disponíveis de que o recebimento irá ocorrer. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir: - *Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos (Notas explicativas 5, 7, 8, 12 e 14, respectivamente):* A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A Administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural (CPR) e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*. - *Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento (nota explicativa 10):* Para mensuração do ativo de direito de uso, a Companhia calcula o valor inicial do passivo de arrendamento trazido a valor presente pelas taxas de desconto que variam conforme os vencimentos dos contratos. As taxas de desconto são calculadas considerando a "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente. Nesse sentido, ocorrem julgamentos relevantes envolvendo a data das curvas de juros utilizadas para o cálculo e a determinação do risco de crédito da Companhia. - *Pagamentos baseados em ações (nota explicativa 26):* O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da compra, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O reconhecimento do custo com o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 26. - *Tributos sobre o lucro (nota explicativa 20):* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo

interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Conforme divulgado na Nota 25, a Companhia revisou a sua estratégia de uso da Subvenção após ajustes na legislação vigentes a partir de 01 de janeiro de 2024 e possui todo amparo dos assessores jurídicos. Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia entende que as chances de êxito são prováveis, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (ICPC 22/IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto. Conforme divulgado na Nota 20, a Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Existem premissas relevantes na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tendo em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de commodities comercializadas e adquiridas pela Companhia, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento da Companhia para os próximos anos. Por fim, comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere a interferência da sazonalidade no resultado da Companhia. - *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros (notas explicativas 08 e 14):* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. **4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	219.141	178.108	726.934	446.953
Aplicações de liquidez imediata	965.111	581.530	969.924	581.530
Renda fixa (*)	546.078	522.948	550.891	522.948
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	419.033	58.582	419.033	58.582
<b>Total</b>	<b>1.184.252</b>	<b>759.638</b>	<b>1.696.858</b>	<b>1.028.483</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em caixa. **4.2 Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplic. financeiras	-	-	-	-
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	-	138.950	-	138.950
Fundo de investimentos em Direitos Creditórios - FIDC (Nota 4.4)	65.953	-	65.953	-
Demais Aplicações	1.384	40.532	9.451	58.501
<b>Total</b>	<b>67.337</b>	<b>179.482</b>	<b>75.404</b>	<b>197.451</b>

**4.3 Fundo de investimento exclusivo:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	419.033	58.582	419.033	58.582
CDB	233.865	53.514	233.865	53.514
Compromissada IPCA	16.861	5.068	16.861	5.068
FIC (Fundo de Investimento em cotas)	148.793	-	148.793	-
Day Classic FIRP	19.514	-	19.514	-
IFF	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>419.033</b>	<b>138.950</b>	<b>419.033</b>	<b>138.950</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos investimentos do fundo corresponde a 104,05% do CDI mensal (105,60% em 31 de dezembro de 2023). **4.4 Fundo de investimento em Direitos Creditórios:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	65.953	-	65.953	-
<b>Total</b>	<b>65.953</b>	<b>-</b>	<b>65.953</b>	<b>-</b>

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou a operação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os direitos creditórios cedidos são títulos ou créditos que representam direitos de obtenção futura, originados de transações comerciais da Companhia. A operação possui vencimento em outubro de 2025. O FIDC foi estruturado a partir de investimentos de terceiros em 80% das cotas seniores que possuem uma taxa meta de remuneração de CDI + 1,8% ao ano. Em 31 de dezembro de 2024, a meta de remuneração do FIDC é de 100% do CDI mensal. A Companhia é cotista de 18,8% do fundo, por meio de 64.860 cotas subordinadas mezanino. Sobre o restante, também investido por terceiros em formato de cotas subordinadas júnior sem meta de remuneração. O fundo cumpre os requisitos de realizar transferência substancial dos riscos e benefícios vinculados ao ativo financeiro conforme prevê o CPC 48 / IFRS 9. Em virtude disso, a Companhia realizou o desreconhecimento dos ativos financeiros, resultando na baixa dos saldos das contas a receber cedidas dos seus demonstrativos contábeis. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de menor risco e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras. **5. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber no mercado interno	310.209	552.074	312.635	553.070
Contas a receber no mercado externo	-	1.764	210.183	69.136
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 8)	624.018	425.553	624.018	425.553
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	691.262	428.747	74.091	102.544
Operações de crédito	-	-	219.641	112.698
<b>Total</b>	<b>1.625.489</b>	<b>1.408.138</b>	<b>1.440.568</b>	<b>1.263.001</b>

(-) Provisão para perdas esperadas (33.850) (12.431) (38.456) (17.110)

Total de contas a receber 1.591.639 1.395.707 1.402.112 1.245.891

Circulante 1.586.065 1.388.495 1.396.538 1.238.679

Não circulante 5.574 7.212 5.574 7.212

As "Contas a receber - cédula de produtor rural" são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o reconhecimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de origemação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>A Vencer</b>	<b>1.445.809</b>	<b>1.321.909</b>	<b>1.256.282</b>	<b>1.172.093</b>
Vencidos	145.830	73.798	145.830	73.798
De 1 a 30 dias	113.025	63.610	113.025	63.610
De 31 a 60 dias	6.596	7.911	6.596	7.911
De 61 a 90 dias	26.209	2.277	26.209	2.277
<b>Total</b>	<b>1.591.639</b>	<b>1.395.707</b>	<b>1.402.112</b>	<b>1.245.891</b>

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar

eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas - acima dos montantes provisionados, considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	(12.431)	(7.126)	(17.110)	(7.126)
Adições	(43.416)	(6.097)	(43.343)	(9.423)
Reversão/Realização	21.997	792	21.997	792
Saldo no final do exercício	(33.850)	(12.431)	(38.456)	(17.110)

As operações de crédito apresentadas no saldo consolidado pertencem a controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. **6. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	152.147	158.272	152.340	158.334
CSLL	36.173	47.841	36.173	47.841
PIS	91.878	64.770	91.878	64.770
COFINS	90.074	91.039	90.074	91.039
Retenções	138	138	141	138
IRF aplic. financeiras	-	14.675	28	14.675
ICMS	55.613	24.006	55.613	24.006
FETHAB	398	45	398	45
<b>Total</b>	<b>426.421</b>	<b>400.786</b>	<b>426.645</b>	<b>400.848</b>

Circulante 209.116 206.992 209.340 207.504

Não circulante 217.305 193.794 217.305 193.794

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos auferidos sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa. Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 25. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa. A partir de 01 de maio de 2023, o regime de tributação monofásica regido pelo convenio 199/2022 impossibilitou a tomada de crédito de ICMS nas indústrias de Biodiesel, se tornando incompatível com o regime geral de apuração do imposto das demais filiais. Sendo assim a companhia acumulou um saldo

**9. Investimentos:** Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na controladora com saldo em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Capital Social		Patrimônio Líquido		Participação acionária %		Particip. no patrimon. liq.		Transação de Capital c/Sócios		Ajuste de Acumul. de Consumo		Equival. Patrim.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3T International S.A.	-	-	71.094	-	100%	-	71.094	-	-	-	-	-	9.958	51.162
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	53.800	50.748	-	-	100%	-	50.748	-	53.800	(2.969)	-	-	-	690
Tentos Participações Ltda.	20.139	20.684	-	-	100%	-	20.139	-	20.139	-	-	-	-	2.527
<b>Total</b>	<b>73.940</b>	<b>142.526</b>	<b>71.094</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>71.094</b>	<b>-</b>	<b>73.940</b>	<b>(2.969)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.958</b>	<b>54.379</b>

**10. Direito de uso e passivo de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, os arrendamentos referem-se ao direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. A movimentação dos ativos de direito de uso está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2022	-	-	14.472	23.337
Adições de novos contratos	-	-	1.233	1.645
Remensurações de contratos	-	-	383	(547)
(-) Amortização do ativo de direito de uso	-	-	(5.414)	(6.329)
Saldo em 31/12/2023	-	-	10.674	18.106
Adições de novos contratos	-	-	1.844	2.258
Remensurações de contratos	-	-	7.260	6.160
(-) Amortização do ativo de direito de uso	-	-	(3.427)	(4.575)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.351</b>	<b>21.949</b>

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 01/01/2023	48.950	275.735	32.317	114.362
Adições	1.369	691	1.136	18.441
Baixas	-	-	(659)	(20)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175
Adições	38.790	141	1.628	33.277
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)
Transferências (-)	-	171.053	73.316	1.433
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	163.753

**11. Imobilizado: 11.1. Controladora:**

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equip.	Móveis e utensílios	Equipamentos de comput.	Outros	Imobiliz. em andam.	Total
Saldo em 01/01/2023	48.950	275.735	32.317	114.362	196.109	5.851	10.208	4.353	950.630	1.638.515
Adições	1.369	691	1.136	18.441	11.324	3.753	3.830	1.510	456.742	498.488
Baixas	-	-	(659)	(20)	(65)	(13)	(9)	(1)	(1.978)	(1.978)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335	395.916	844	10	104	(763.324)	-
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175	602.128	10.428	13.979	5.954	644.048	2.135.025
Adições	38.790	141	1.628	33.277	10.515	2.192	4.087	689	690.866	782.186
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)	(1.066)					

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

Table with columns: Modalidade, Data de vencimento, Taxa média, Circulante, Não Circulante, etc. Includes sub-sections for Controladora and Consolidado.

As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

Table showing guarantees for Alienação fiduciária - imóveis, Alien. fiduciária bens móveis e hipotecas, Avais\*, and Estoques.

Em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, além dos saldos da controladora, há saldos de empréstimos e financiamentos relacionados à instituição financeira que é controlada pela Companhia. Assim, considerando as características específicas dessas operações, tais saldos provenientes da controladora não possuem garantias. Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, se não atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Essas cláusulas contratuais, proibem qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessação, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras. Exigem ainda que a Companhia não possua protestos legítimos e ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, também, que a transferência ou cessação de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras. A Companhia se compromete a não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, atividades terroristas ou que violem leis anticorrupção ou leis antirretorno aplicáveis, e fazer com que cada uma de suas afiliadas, subsidiárias e todas as pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a Companhia ou qualquer uma de suas afiliadas ou subsidiárias faz negócios. Além das cláusulas supracitadas, deve-se manter durante a vigência de contrato específico determinado percentual do índice: Dívida Financeira Líquida/Ebitda de até 3,00. A avaliação do cumprimento dessa cláusula é feita anualmente para empréstimos e financiamentos e trimestralmente para a Debenture. Debenture: Em 05 de abril de 2024 a Companhia comunicou ao mercado a Oferta de distribuição pública de sua primeira debenture sob rito de registro automático de debentures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, em série única no valor inicial de R\$ 500.000 com a possibilidade de lote adicional de até 25% do valor total da Emissão. A classificação de risco da emissão (rating) atribuída pela Standard & Poor's Rating do Brasil Ltda. foi "AA - estável". O prazo de liquidação deste contrato vai até 2029, ano no qual será quitado todo o montante de principal, com o pagamento dos juros anuais. A taxa de juros média do contrato é de 12,75% ao ano.

14. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos. As operações realizadas pela Companhia com instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

Table for Ativos financeiros, Custos amortizados, and Valor justo por meio do resultado.

Table for Ativos financeiros, Custos amortizados, and Valor justo por meio do resultado (continued).

Table for Passivos financeiros, Custos amortizados, and Valor justo por meio do resultado.

Table for Passivos financeiros, Custos amortizados, and Valor justo por meio do resultado (continued).

15. Gestão de risco: Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Esses riscos incluem risco de mercado (risco de preço de commodities, risco cambial, risco de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco global, definida através de política interna da Companhia, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições de risco.

16. Receita: A Companhia gera receita pela venda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes defensivos), commodities (trigo, milho, soja e outros), biodiesel e produtos relacionados à extração do óleo degomado da soja (farelo de soja e outros). No consolidado, ainda são geradas receitas de intermediação financeira.

20. Imposto de renda e contribuição social: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se resumida a seguir:

Table showing tax expenses for Imposto de renda e contribuição social correntes and Imposto de renda e contribuição social diferidos.

oriundas da instituição financeira do Grupo. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Table showing Recepta bruta, Deduções, and Receita operacional líquida.

Table showing Recepta bruta, Deduções, and Receita operacional líquida (continued).

17. Custos e despesas por função e natureza: Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas de vendas e administrativas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Table showing costs and expenses by function and nature, including Custos das mercadorias vendidas, Custos das matérias-primas, etc.

Table showing costs and expenses by function and nature (continued).

18. Resultado financeiro: Controladora and Consolidado.

Table showing financial results for Controladora and Consolidado.

Table showing financial results for Controladora and Consolidado (continued).

19. Parcelamentos tributários: O saldo de parcelamentos tributários é oriundo, basicamente, de saldos em aberto de ICMS e PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados, respectivamente, em 44 e 94 meses.

Table showing tax amortization for Parcelamento ICMS and Parcelamento PIS/COFINS.

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está descrita a seguir:

Table showing tax reconciliation between tax expense and taxable profit.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se a:

Table showing deferred income tax and social contribution.

A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária registrada refere-se ao ajuste a valor justo de commodities, que se realiza no ativo conforme o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme o preço é fixado. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social foi revisada com base no crescimento projetado da Companhia. O valor remanescente de R\$ 181.924, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2024, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia, nos seguintes exercícios:

Table showing expected tax compensation over time.

21. Provisão para litígios: A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificadas no passivo não circulante, conforme abaixo:

Table showing provisions for lawsuits.

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R\$ 5.545 e

Table showing additional lawsuit provisions.

(\*) Saldos ativos classificados nas rubricas de contas a receber de clientes.

(\*\*) Saldos ativos classificados na rubrica de contas a receber com partes relacionadas no balanço patrimonial.

Table showing assets and liabilities for Controladora and Consolidado.

A controladora também possui operação de reembolso de despesas relacionadas ao uso das aeronaves da Mates Locações Aéreas que totalizaram em 2024 o montante de R\$3.569. Honorários da administração: Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados R\$ 17.820 de remuneração e encargos aos administradores (R\$ 15.656 em 31 de dezembro de 2023), além de despesa de R\$ 96.178 referentes a opções outorgadas aos administradores da Companhia (R\$ 9.179 em 31 de dezembro de 2023).

23. Patrimônio líquido: Capital social: O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização. A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

Table showing equity and capital social.

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 70.801 (R\$ 46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). Em 31 de janeiro de 2022, realizou a oferta pública de distribuição primária de ações nos termos da Instrução CVM nº 400. Esta nova oferta incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 298 (R\$ 196, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

Table showing equity and capital social (continued).

Capital social (-) Custos com a emissão de ações Efeito tributário sem custos com emissão de ações Total

Table showing equity and capital social (continued).

Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$ 1.058 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.005 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2024, o ajuste acumulado de conversão da controladora localizada no exterior totalizou R\$ 9.958 e 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ (283). Reserva de capital: A reserva de capital foi criada devido da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 26. O saldo da reserva de capital é de R\$ 40.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 34.266 em 31 de dezembro de 2023). Transação de capital com sócios (reflexa): Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controladora Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo na controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação. No exercício de 2024 ocorreu ajuste no Patrimônio Líquido da Controladora Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, resultando em ajuste reflexo de participação no investimento realizado pela Controladora na Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. no montante total de R\$928. O saldo da reserva de capital com sócios é de R\$ 2.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 2.969 no período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Ações em tesouraria: Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. O programa prevê a aquisição de até 2.000.000 (dois milhões de ações), iniciando-se em 17 de dezembro de 2024 até o dia 17 de junho de 2025, tendo um prazo de até 18 meses para a recompra. Até 31 de dezembro de 2024 não foram adquiridas ações referentes ao programa aprovado. Todas as ações foram adquiridas até a data do dia 13 de maio de 2024, a um preço médio de R\$10,60. A seguir demonstramos a composição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:

Table showing equity and capital social (continued).

24. Lucro por ação: A Companhia possui ações ordinárias potenciais dilutivas referentes aos planos de opções de ações. Para estes planos é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

Table showing earnings per share and potential dilution.

Table showing earnings per share and potential dilution (continued).

continua ...

**Continuação** Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

**25. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais recebidas pela Companhia incluem: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS (crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento); e (ii) incentivos fiscais federais de PIS e COFINS (créditos presumidos). Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel.....	278.135	109.079
Isenções e reduções de base de cálculo de ICMS de insumos.....	-	247.600
Diferim. da tributação do ICMS no farelo e fertilizantes.....	-	539.338
Total incentivos fiscais estaduais.....	278.135	896.017
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 20).....	94.566	304.646
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja.....	188.360	126.443
Total incentivos fiscais federais.....	188.360	126.443
<b>Total.....</b>	<b>466.495</b>	<b>1.022.460</b>

A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Em função da alteração da legislação, a Companhia passou a utilizar os benefícios fiscais de acordo com a nova Lei, mantendo apenas a Subvenção do Crédito Presumido, o que resultou na alteração da alíquota efetiva, gerando um aumento no imposto corrente da Companhia em relação ao que vinha sendo registrado nos últimos exercícios.

**26. Pagamento baseado em ações:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos. Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (income approach, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)). A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada conforme os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade. Quando da outorga do segundo, terceiro e quarto programa foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de *vestings* e o *dividend yield* definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um *peer group*, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno. Se houver alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga. A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 6.178 (R\$ 9.180 em 31 de dezembro de 2023). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 40.594 (R\$ 34.266 em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2024:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	4º Programa
	Programa	Programa	Programa	1ª outorga	2ª outorga
Número total de opções do plano.....	-	-	-	1.510.000	1.510.000
Número de opções outorgadas.....	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000	550.000
Número de opções canceladas.....	(800.000)	-	(40.000)	-	-
Data da outorga.....	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023	25/07/2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$).....	4,39	5,97	4,51	5,40	3,91
Rendimento de dividendos (%).....	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,09%
Volatilidade esperada média (%).....	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%	30,38%
Taxa de retorno livre de risco média (%).....	-	-	-	-	-
1º Vencimento.....	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%	11,19%
2º Vencimento.....	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%	11,87%
3º Vencimento.....	6,98%	-	11,63%	11,40%	12,08%
4º Vencimento.....	7,51%	-	11,49%	11,96%	12,20%
5º Vencimento.....	7,71%	-	-	-	-
Prazo de vida esperado das ações (anos)	-	-	-	-	-
1º Vencimento.....	1	2	1	1	1
2º Vencimento.....	2	4	2	2	2
3º Vencimento.....	3	-	3	3	3
4º Vencimento.....	4	-	4	4	4
5º Vencimento.....	5	-	-	-	-
Preço de exercício das opções (R\$).....	1,75	7,52	8,87	9,08	9,08
Média ponderada do preço das ações (R\$).....	6,13	11,11	11	12,14	10,76

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 01/03/2025	37%	1.560
A partir de - 01/03/2026	57%	2.420
A partir de - 01/03/2027	4%	190
A partir de - 01/03/2028	1%	60

Em abril, julho, agosto e setembro de 2024, foram exercidas as opções de compra de 1.890.000 ações ordinárias sem valor nominal, inscritas e integralizadas pelos administradores e empregados participantes do Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em uma baixa de ações em tesouraria de R\$ 20.299 a um custo médio de R\$10,74. Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na Nota Explicativa 23. As movimentações das ações outorgadas nos programas de 2023 e 2024, estão apresentadas como segue:

Plano	Ano de Outorga	Quantidade de Ações			
		Saldo em 31/12/23	Outor-gadas	Exerci-cias	Canceladas
1º Plano	2021	3.600	-	(1.200)	-
2º Plano	2022	1.050	-	(420)	-
3º Plano	2022	120	-	(40)	-
4º Plano	2023	800	550	(230)	-
		5.570	550	(1.890)	-

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

Média pond. do preço de exerc. 31/12/2024	Número de opções 31/12/2024
R\$ 3,20	5.570
R\$ 9,08	550
R\$ 4,32	(1.890)
R\$ 4,68	4.230
	-
R\$ 3,03	6.090
R\$ 9,08	800
R\$ 2,20	(1.280)
R\$ 8,87	(40)
R\$ 3,20	5.570
R\$ -	-

Em circulação em 1º de janeiro Outorgadas durante o exercício Exercidas durante o exercício Canceladas durante o exercício Em circulação Exercíveis

Em circulação em 1º de janeiro Outorgadas durante o exercício Exercidas durante o exercício Canceladas durante o exercício Em circulação Exercíveis

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 1,75 a R\$ 9,08.

**27. Informações por segmento:** Os resultados de cada segmento estão apresentados abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto. Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos: (i) Insumos agrícolas: envolvem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado é determinado pela receita de venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos. (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações de recepção, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado é determinado pelas operações de compra e venda de *commodities* agrícolas, incluindo variações de instrumentos financeiros e ativos não monetários relacionados. (iii) Indústria: envolve a industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel. A Companhia define seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

Resultado Operacional		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Insumos	2.819.583	2.543.550	2.819.583
Grãos	2.998.755	1.777.675	2.998.755
Indústria	6.562.108	4.636.271	6.562.108
<b>Resultado operacional líquida</b>	<b>12.380.446</b>	<b>8.957.496</b>	<b>12.380.446</b>
Insumos	(2.311.263)	(2.096.646)	(2.311.263)
Grãos	(337.153)	(1.607.168)	(337.153)
Indústria	(5.375.438)	(4.063.891)	(5.375.438)
<b>Custo das mercad. e prods. vendidos</b>	<b>(10.348.303)</b>	<b>(7.767.705)</b>	<b>(10.348.303)</b>
Insumos	508.320	446.904	508.320
Grãos	337.153	170.507	337.153
Indústria	1.186.670	572.380	1.186.670
<b>Lucro bruto antes do ajuste a vlr. justo</b>	<b>2.032.143</b>	<b>1.189.791</b>	<b>2.032.143</b>
<b>Ajuste a valor justo</b>	<b>367.063</b>	<b>15.872</b>	<b>367.063</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.399.206</b>	<b>1.205.663</b>	<b>2.399.206</b>

Resultado Operacional		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Insumos	2.819.583	2.543.550	2.819.583
Grãos	3.257.422	1.766.232	3.257.422
Indústria	6.748.766	4.689.203	6.748.766
<b>Resultado operacional líquida</b>	<b>12.825.771</b>	<b>8.998.985</b>	<b>12.825.771</b>
Insumos	(2.311.263)	(2.096.646)	(2.311.263)
Grãos	(2.913.981)	(1.608.314)	(2.913.981)
Indústria	(5.436.087)	(4.063.891)	(5.436.087)
<b>Custo das mercad. e prods. vendidos</b>	<b>(10.661.331)</b>	<b>(7.768.851)</b>	<b>(10.661.331)</b>
Insumos	508.320	446.904	508.320
Grãos	343.441	157.918	343.441
Indústria	1.312.679	625.112	1.312.679
<b>Lucro bruto antes do ajuste a vlr. justo</b>	<b>2.164.440</b>	<b>1.230.134</b>	<b>2.164.440</b>
<b>Ajuste a valor justo</b>	<b>367.063</b>	<b>15.872</b>	<b>367.063</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.531.503</b>	<b>1.246.006</b>	<b>2.531.503</b>

**28. Transações não caixa:** A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, que não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Em 25 de novembro de 2024 a Companhia efetuou Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDA) que gerou um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia, no valor de R\$ 52.159 com vencimento para novembro de 2025. Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou operação de nota comercial que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas, sem efeito no caixa da Companhia. O total dessas operações foram realizada no valor de R\$ 40.007 com vencimento para junho de 2025. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não efetuou pagamentos de aquisições de ativo imobilizado no montante de R\$ 76.246 tendo em vista que tal montante encontra-se a pagar a fornecedores.

**Diretoria**  
Luiz Osório Dumonceil  
Diretor Presidente

**Extrato do Relatório dos Auditores Independentes**  
As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 24 de fevereiro de 2025, sem modificações.

## Empresa chinesa prepara bateria que dura 50 anos

O anúncio pela chinesa Beta-volt de uma bateria nuclear com tempo de vida de meio século, no ano passado, causou admiração e ceticismos. Em parte por ser uma startup desconhecida, formada em 2021.

Não será uma bateria para o

consumidor comum. Mas, acrescenta ele, o Brasil e toda a América do Sul estão na mira da empresa, após o lançamento chinês. Baterias nucleares que duram décadas são usadas nos programas espaciais russo e americano desde os anos 1950 e mais recentemente

no chinês, como no veículo lunar da missão Chang'e-3, que iniciou operações há 12 anos. Além da duração - seus anunciados 50 anos ante cerca de uma hora da AA comum-, outra vantagem ressaltada na bateria da Betavolt seria o fato de ser mais segura.

**FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAERGS**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCACÃO**

O Presidente da Federação de Atletismo do Estado do Rio Grande do Sul - FAERGS, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Presidentes ou representantes credenciados das filiadas, para participar da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 31 de março de 2025, às 8:00 horas em primeira convocação, na sala de reuniões Prédio Administrativo, da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo - Unidade Fundação Evangélica, a Rua Frederico Mentz, 526, Novo Hamburgo/RS, com a seguinte ORDEM DO DIA: Apreciação e julgamento das contas relativas ao exercício de 2024. Informa-se que podem participar da Assembleia Geral, em consonância com Estatuto da Federação, os seguintes membros: 1) RS-36 Sociedade Escolar de Santa Cruz-Colégio Mauá; 2) RS-37 Prefeitura Municipal de Ivoti - IEI; 3) RS-58 Colégio Sinodal; 4) RS-60 Fundação Agrícola Teutônia; 5) RS-63 Instituição Evangélica de Novo Hamburgo e 6) RS-66 Associação de Atletismo dos Vales - AAVA.

Porto Alegre/RS, 14 de março de 2025.  
Marcos Paulo Garcia de Andrade  
Presidente

## Jornal do Comércio

# TUDO AO SEU ALCANCE, NO SEU TEMPO

### CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS

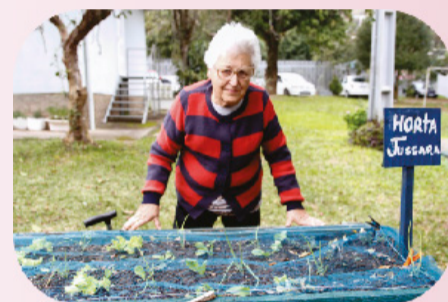
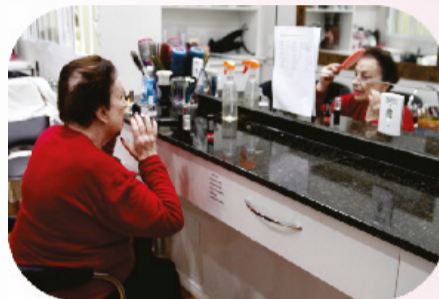


Baixe o App e conecte-se à informação com apenas um clique!

# PARA TER UM AMANHÃ DIGNO, PRECISAMOS DE VOCÊ HOJE.

Na **Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados (Spaan)**, oferecemos um lar cheio de amor, cuidados e respeito para **idosos em situação de vulnerabilidade**.

Mas não podemos fazer isso sozinhos.



## QUEREMOS A SUA AJUDA PARA CONTINUAR TRANSFORMANDO VIDAS.

- Cadastre a Spaan como entidade beneficiada na **Nota Fiscal Gaúcha**;
- **Deduzo seu imposto de renda** doando através do Fundo Municipal do Idoso (6% para pessoa física e 1% para jurídica);
- Doe através do PIX: **doador@spaan.org.br**

**Spaan**  
Sociedade Porto-alegrense  
de Auxílio aos Necessitados

f [spaan\\_org](#)

ig [spaan.org](#)

☎ 51 3247-7400

globe [spaan.org.br](#)





**SLC AGRÍCOLA S.A.** | Companhia Aberta | CNPJ nº 89.096.457/0001-55 | NIRE 43300047521

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - 2024**

**AVISO**

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:** • <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>; • <https://ri.slcagricola.com.br/>; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmConsultaExternaCVM.aspx>; • <https://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-Listadas/Informacoes-por-periodo/BuscaInformacoesPeriodo.aspx?Idioma=pt-br>.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Em um ano desafiador para o agronegócio nacional, nosso nível de eficiência se mostrou novamente relevante. Nossa produtividade na safra 2023/24, apesar de não ter atingido o projetado, seguiu acima da média nacional, registramos custos competitivos de produção, mas nos diferenciamos, principalmente, por mantermos profissionais altamente qualificados. Detemos equipes alinhadas à nossa cultura empresarial e comprometidas com nosso Sonho Grande o que, por consequência, nos permite obter resultados em linha com nosso planejamento estratégico.

Mantivemos programas estratégicos de recursos humanos e, em 2024, realizamos campanha para maior engajamento em nossa pesquisa de clima, cientes da importância de ouvir nossos colaboradores. Conquistamos, assim, aumento de participação, registrando 74% de adesão voluntária, o que nos trouxe mais insumos para planos de ação com foco no aumento da satisfação interna.

Seguimos investindo em educação - tanto para nossas equipes quanto para as comunidades do entorno -, de forma a deixar um legado transformador. Nesse propósito, realizamos nosso programa Semeando Sustentabilidade, que visou promover a educação ambiental para alunos do Ensino Fundamental da rede pública em cinco municípios em 2024. Além disso, seguimos com iniciativas de voluntariado por meio de nosso Grupo de Ação Socioambiental (GAS).

Internamente, lançamos programas de formação de lideranças voltados para a área corporativa e para os colaboradores de nossas unidades produtivas, além das ações da Academia de Líderes e do nosso programa de *trainees*. Estamos, assim, com equipes preparadas para suportar nosso crescimento de forma sustentável e qualificada.

Estamos atentos à importância de construir um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo, fomentando o protagonismo em ESG. Investimos em equidade de gênero, estabelecendo a meta de aumentar a participação feminina na liderança e em cargos operacionais. Ao fim do período, a presença de mulheres na nossa Companhia alcançou 18%. Outro foco de zelo é a promoção da saúde mental, ação reconhecida pela Great People Mental Health com o selo Destaque em Saúde Emocional. Também figuramos, novamente, entre as melhores empresas para se trabalhar do agronegócio, segundo o levantamento realizado pela *Great Place To Work* (GPTW).

O ano de 2024 foi marcado por expansão. Por meio da ampliação da nossa *joint venture* com a Agropecuária Rica S/A na Fazenda Pioneira, da constituição de *joint venture* com a Agropecuária Rica S/A na Fazenda Preciosa e de um novo contrato de arrendamento no Estado do Piauí, aumentamos em 10,6% nossa área plantada potencial.

No mês de junho, foi efetuada a avaliação das terras de nossa propriedade pela consultoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. As terras foram avaliadas em R\$ 11,6 bilhões ante R\$ 10,9 bilhões no levantamento anterior, apreciação de 6% no portfólio ajustado. O valor atual do hectare médio agrícola de nossas propriedades corresponde, assim, a R\$ 57,5 mil.

Apesar dos desafios enfrentados em 2024, entregamos importantes pilares da estratégia, em um contexto econômico que impactou o agronegócio em geral - com margens mais apertadas e preços de *commodities* mais baixos em relação a períodos anteriores -, o que se somou às intempéries climáticas. Em decorrência do *El Niño*, houve uma seca muito forte no oeste do Mato Grosso no início do ano, o que comprometeu a produtividade de soja. Nesse cenário, nossa estratégia de diversificação geográfica - estamos presentes em sete diferentes estados brasileiros - se mostrou novamente acertada, já que o mesmo impacto não foi registrado em outras regiões em que estamos presentes.

Além disso, com o adequado planejamento de compra de insumos, nossos custos realizados por hectare na safra 2023/2024 apresentaram uma redução média, em reais, de 6,9% em relação à safra 2022/23, o que também contribuiu com nossos resultados. Seguimos, para a safra 2024/25 buscando ajustes nos custos de produção, com um planejamento agrícola cada vez mais preciso e eficiente - estimamos queda no custo por hectare para a safra 2024/25 de 5,4%. Somado à capilaridade geográfica, temos como diferencial a diversificação de culturas, com produção de soja, milho, algodão e sementes e, como atividade sinérgica, a pecuária. Assim, nossa estratégia também minimiza riscos de preços de *commodities* e de impactos

climáticos nas lavouras, com mais estabilidade e resiliência em nossos negócios.

Nossa atenção está direcionada ainda a aspectos ESG, com metas estratégicas de sustentabilidade que englobam temas de qualidade, segurança, neutralidade de emissões, avanços em educação e, a partir de 2024, economia circular e contínua utilização de bioinsumos. Nessa ambição, estamos ancorados em uma sólida governança corporativa, com comitês que apoiam a tomada de decisões e práticas reconhecidas de mercado. Integramos, assim, o Novo Mercado da B3 e figuramos em índices como o de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Divulgamos neste Relatório o resultado do *business* de sementes de 2024, que atingiu um Ebitda de R\$ 106,2 milhões, com margem Ebitda de 14,4% e lucro líquido de R\$ 54 milhões, com margem líquida de 7,3%. O destaque foi a evolução da carteira de clientes, resultando em um crescimento de vendas de 39,0% na comercialização para terceiros (pequenos, médios produtores e revendas) e no incremento da margem bruta em 9,4 p.p. em relação a 2023.

Como resultado de todas essas ações, registramos no período receita líquida de R\$ 6,9 bilhões e lucro líquido de R\$ 482 milhões. O Ebitda ajustado foi de R\$ 2 bilhões e a margem Ebitda ajustada de 29,4%. Já a relação dívida líquida/Ebitda ajustado ficou em 1,80 vezes, demonstrando a qualidade de nossa gestão financeira.

No dia 06 de março de 2025, divulgamos via fato relevante a aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda., por USD 135 milhões. A operação é 100% em áreas arrendadas, localizadas nos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Pará (PA), totalizando aproximadamente 96 mil hectares físicos. Parte dessas áreas têm aptidão para a realização de segunda safra, totalizando um potencial de em torno de 135 mil hectares plantados.

Após a confirmação e o fechamento do negócio, em torno de 33 mil hectares físicos já possuem proposta vinculante para aquisição dos direitos de operação pela Terrus S.A., condição essencial da transação. Essa operação deverá ser precedida de uma cisão parcial da Sierentz Agro Brasil Ltda., a ser viabilizada após os eventos contratuais acordados. O valor aproximado dessa transação é de R\$ 191,2 milhões, mais ou menos o capital de giro. As máquinas e os equipamentos pertinentes à operação dos 33 mil hectares físicos já estão incluídos no valor da transação. Vamos operar, indiretamente, 63 mil hectares físicos (em torno de 100 mil hectares de área plantada). O plano de produção é manter o plantio de soja e milho. O algodão será implantado a partir do terceiro ano de produção. O controle da operação por nós deverá ocorrer a partir de 01 de julho de 2025. A nova operação permitirá um crescimento de 13% sobre a área plantada na safra 2024/25 e fortalece a nossa estratégia de diversificação geográfica do portfólio de terras sobre gestão, visando diminuir riscos climáticos. Além disso, amplia nossa exposição em áreas arrendadas, passando a representar 66,5% da área física sob nossa gestão.

Conforme fato relevante divulgado em 07 de outubro de 2024, adquirimos a participação dos acionistas minoritários da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A., pelo valor total de R\$ 524,8 milhões. A conclusão dessa operação permite maior flexibilidade na execução das estratégias de otimização de ativos agrícolas e a expansão de nossas operações.

No dia 12 de março, o Conselho aprovou a proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral. A Administração propõe a distribuição de dividendos correspondente a 50% do nosso lucro líquido (exercício social - 2024), ou seja, R\$ 241 milhões a serem pagos em maio de 2025.

Sabemos que o agronegócio é cíclico, mas temos confiança na nossa estratégia. Seguimos preparados para os desafios que estão por vir e agradecemos ao nosso time pelo esforço e pela dedicação. Continuaremos investindo em nossos sistemas de produção para, cada vez mais, sermos um exemplo para o Brasil e para o mundo.

A administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>					<b>Passivo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.272.533	967.872	1.979.575	1.613.703	Fornecedores	1.316.454	928.142	1.888.315	1.258.175
Contas a receber de clientes	185.921	105.374	251.157	143.694	Empréstimos e financiamentos	1.581.512	1.291.086	1.685.130	1.413.552
Estoques	2.725.850	2.597.200	3.780.562	3.656.261	Impostos, taxas e contribuições diversas	11.336	91.179	17.962	109.026
Ativo biológico	1.271.240	1.192.759	1.785.392	1.488.540	Obrigações sociais e trabalhistas	85.244	102.998	111.208	135.279
Tributos a recuperar	156.651	74.316	207.078	127.236	Passivo arrendamento com partes relacionadas	74.195	118.946	618	-
Outros ativos circulantes	356.239	305.681	386.493	337.839	Passivo arrendamento com terceiros	181.068	231.662	248.995	298.644
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.968.434</b>	<b>5.243.202</b>	<b>8.390.257</b>	<b>7.367.273</b>	Operações com derivativos	567.131	101.744	794.133	113.012
					Títulos a pagar	389.736	-	612.844	53.899
<b>Não circulante</b>					Provisões para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis	5.956	2.485	13.741	13.594
Realizável a longo prazo	411.016	175.107	1.014.450	635.493	Dividendos a pagar	120.857	191.578	120.857	191.404
Investimentos	4.545.068	4.522.365	4.457	3.657	Outros passivos circulantes	510.463	316.617	651.702	447.732
Propriedade para investimento	-	-	58.683	430.889	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.843.952</b>	<b>3.376.437</b>	<b>6.145.505</b>	<b>4.040.317</b>
Ativo de direito de uso	3.678.663	4.044.626	2.567.191	2.885.337	<b>Não circulante</b>				
Imobilizado	1.818.579	1.525.579	5.417.528	4.395.692	Empréstimos e financiamentos	3.183.898	2.721.857	3.913.274	2.979.827
Intangível	74.179	90.296	121.776	137.977	Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.485	325.813	172.793	435.872
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>10.527.505</b>	<b>10.357.973</b>	<b>9.184.085</b>	<b>8.489.045</b>	Passivo arrendamento com partes relacionadas	2.408.521	2.708.440	2.099	-
<b>Total do ativo</b>	<b>16.495.939</b>	<b>15.601.175</b>	<b>17.574.342</b>	<b>15.856.318</b>	Passivo arrendamento com terceiros	1.636.434	1.522.471	2.815.335	2.977.299
					Operações com derivativos	321.958	18.717	415.806	21.864
					Outros passivos não circulantes	7.021	382	4.988	159.273
					<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7.654.317</b>	<b>7.297.680</b>	<b>7.324.995</b>	<b>6.574.135</b>
					<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital social	2.012.522	2.012.522	2.012.522	2.012.522
					Reserva de capital	(240.778)	168.704	(240.778)	168.704
					(-) Ações em tesouraria	(48.580)	(47.707)	(48.580)	(57.707)
					Reservas de lucros	1.591.319	1.395.452	1.591.319	1.395.452
					Ajustes de avaliação patrimonial	683.187	1.408.087	683.187	1.408.087
					<b>Total atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>3.997.670</b>	<b>4.927.058</b>	<b>3.997.670</b>	<b>4.927.058</b>
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	106.872	314.808
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.997.670</b>	<b>4.927.058</b>	<b>4.104.542</b>	<b>5.241.866</b>
					<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>16.495.939</b>	<b>15.601.175</b>	<b>17.574.342</b>	<b>15.856.318</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>5.379.884</b>	<b>5.374.356</b>	<b>6.915.764</b>	<b>7.230.583</b>
Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	793.335	1.600.257	887.863	1.891.541
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(4.309.691)</b>	<b>(4.960.839)</b>	<b>(5.495.901)</b>	<b>(6.501.430)</b>
Custo dos produtos	(3.629.126)	(3.336.121)	(4.769.682)	(4.414.771)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(680.565)	(1.624.718)	(726.219)	(2.086.659)
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.863.528</b>	<b>2.013.774</b>	<b>2.307.726</b>	<b>2.620.694</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas com vendas	(481.249)	(346.564)	(495.108)	(388.859)
Despesas gerais e administrativas	(253.849)	(262.279)	(291.238)	(308.760)
Resultado de equivalência patrimonial	338.416	481.509	(3)	-
Outras receitas operacionais	135.964	60.579	181.744	140.992
Outras despesas operacionais	(125.255)	(53.193)	(189.972)	(128.886)
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.477.555</b>	<b>1.893.826</b>	<b>1.513.149</b>	<b>1.935.181</b>
Resultado financeiro	(963.557)	(818.223)	(998.933)	(711.276)
<b>Resultado antes os impostos</b>	<b>513.998</b>	<b>1.075.603</b>	<b>514.216</b>	<b>1.223.905</b>
Imposto de renda e contribuição social	(4.588)	(180.003)	(32.493)	(285.925)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>509.410</b>	<b>895.600</b>	<b>481.723</b>	<b>937.980</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>509.410</b>	<b>895.600</b>	<b>481.723</b>	<b>937.980</b>
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:	(723.409)	103.319	(759.749)	106.611
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(213.999)</b>	<b>998.919</b>	<b>(278.026)</b>	<b>1.044.591</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>	<b>6.815.344</b>	<b>7.504.829</b>	<b>8.768.351</b>	<b>9.833.851</b>
Insumos adquiridos de terceiros	(4.282.015)	(4.932.616)	(5.791.066)	(6.646.412)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.533.329</b>	<b>2.572.213</b>	<b>2.977.285</b>	<b>3.187.439</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(209.722)	(156.330)	(286.202)	(219.688)
Depreciação de direito de uso	(376.315)	(393.448)	(289.102)	(299.542)
Valor adicionado líquido produzido	<b>1.947.292</b>	<b>2.022.435</b>	<b>2.401.981</b>	<b>2.668.209</b>
Valor adicionado recebido em transferência	771.718	884.148	578.598	524.868
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.719.010</b>	<b>2.906.583</b>	<b>2.980.579</b>	<b>3.193.077</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2.719.010</b>	<b>2.906.583</b>	<b>2.980.579</b>	<b>3.193.077</b>
Impostos, taxas e contribuições	(64.146)	101.424	(47.557)	206.621
Pessoal	595.615	526.473	770.796	690.135
Remuneração de capitais de terceiros	1.678.131	1.383.086	1.775.617	1.358.341
Remuneração de capitais próprios	509.410	895.600	481.723	937.980

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.689.486</b>	<b>1.614.079</b>	<b>1.480.131</b>	<b>1.801.901</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(634.940)	(741.637)	(843.113)	(856.414)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(749.885)	(750.015)	(271.146)	(567.559)
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>304.661</b>	<b>122.427</b>	<b>365.872</b>	<b>377.928</b>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	967.872	845.445	1.613.703	1.235.775
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	<b>1.272.533</b>	<b>967.872</b>	<b>1.979.575</b>	<b>1.613.703</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>304.661</b>	<b>122.427</b>	<b>365.872</b>	<b>377.928</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>2.012.522</b>	<b>110.997</b>	<b>1.395.452</b>	<b>1.408.087</b>	-	<b>4.927.058</b>	<b>314.808</b>	<b>5.241.866</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(111.652)	(111.652)
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(2.828)	-	-	-	(2.828)	-	(2.828)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	17.512	-	-	-	17.512	-	17.512
Remuneração baseada em ações exercida no exercício	-	9.179	-	-	-	9.179	-	9.179
Recompra de ações	-	(9.288)	-	-	-	(9.288)	-	(9.288)
Ágio na transação de capital	-	(414.930)	-	-	-	(414.930)	-	(414.930)
Perdas não realizadas com instrumentos de <i>hedge</i> , líquidos dos efeitos tributários de controladas	-	-	-	(723.409)	-	(723.409)	(36.340)	(759.749)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	(1.162)	1.162	-	-	-
Realização do custo atribuído por venda	-	-	-	(51)	51	-	-	-
Custo atribuído ativo imobilizado	-	-	-	(278)	278	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	509.410	509.410	(27.687)	481.723
<b>Destinação proposta:</b>								
Constituição de Reservas	-	-	269.885	-	(269.885)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(194.526)	-	-	(194.526)	(32.257)	(226.783)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(120.508)	(120.508)	-	(120.508)
Dividendos adicionais propostos	-	-	120.508	-	(120.508)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.012.522</b>	<b>(289.358)</b>	<b>1.591.319</b>	<b>683.187</b>	-	<b>3.997.670</b>	<b>106.872</b>	<b>4.104.542</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024****1. Contexto operacional**

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como "Controladora", "SLC" ou "Companhia", e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" ou "Consolidado"), possui sua sede localizada na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; aluguel de imóveis próprios; e participação em outras sociedades.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras****a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 12 de março de 2025.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino;
- Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo;
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

**c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

**d) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

**Natureza**

Mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas  
Mensuração do valor justo de ativos biológicos  
Mensuração do valor justo de propriedades para investimento  
Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento  
Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível  
Recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida - ágio por expectativa de rentabilidade futura  
Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários e ativos e passivos contingentes  
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos  
Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros  
Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga

**3. Mudança de práticas em relação ao exercício social anterior**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**4. Resumo das principais políticas contábeis****a) Ativo biológico****Culturas**

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 29 (R2), que corresponde nas normas internacionais à IAS 41, a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período a partir de transformação biológica relevante.

As culturas são substancialmente formadas por soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas após a colheita são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos custos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica significativa, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de produção incorridos e a incorrer.

O CPC 46, no item 72, para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, estabelece uma hierarquia de valor justo. A mensuração a valor justo do ativo biológico das culturas inclui preços cotado em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações, o que resulta na classificação como nível 3. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se abordagem de renda onde converte-se valores futuros (fluxos de caixa descontado para um único valor presente descontado), considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado da *commodity* (preços fazenda);
- Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.

A aplicação do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, no item 66, aborda que, se a entidade tiver um contrato operação, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. A Companhia captura os efeitos existentes nos seus contratos na mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos, considerando em sua premissa de preço o valor dos seus contratos, quando onerosos.

**Rebanho**

Os ativos biológicos formados por plantel de rebanho bovino são formados por gado recria e gado engorda e são avaliados pelo valor justo, pela metodologia de mercado, deduzindo-se as despesas de vendas, custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama para os bezerros nascidos, até o momento do seu abate.

Em relação à hierarquia de valor justo, a mensuração do rebanho de gado bovino está classificada nível 1 - preços cotados em um mercado ativo para ativos idênticos na data do exercício.

A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, a mensuração é baseada na arroba, na raça e na faixa etária e os custos necessários para colocação em condição de venda.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

**b) Instrumentos financeiros****Ativos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio de Resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Custo amortizado**

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**Passivos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar.

**Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de *commodities* e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo avalia, se os objetos de *hedge* previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de *hedge*. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

**Hedges de fluxos de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

**5. Evento subsequente****Aquisição da Sierentz Agro Brasil Ltda.**

Em 06 de março de 2025, foi celebrado contrato vinculante de compra e venda de quotas para a aquisição, por meio de sua subsidiária integral SLC Agrícola Centro Oeste S.A. ("Compradora"), de 100% da empresa Sierentz Agro Brasil Ltda., por USD 135 milhões (mais ou menos o capital de giro, menos a dívida líquida, com base no balanço a ser apurado em 30/06/2025). Todas as máquinas e equipamentos utilizados na operação fazem parte dessa aquisição. O montante total será pago em três parcelas, sendo 60% na data do fechamento da Aquisição, 20% em 30 de abril de 2026 e 20% em 30 de abril de 2027.

A Sierentz atua na produção de soja, milho e outros produtos agrícolas, bem como na criação de gado em sistema de integração lavoura-pecuária. A operação é 100% em áreas arrendadas, localizadas nos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Pará (PA), totalizando aproximadamente 96 mil hectares físicos.

Os contratos de arrendamento possuem um custo médio anual de 9,3 sacas de soja por hectare, com prazo médio de 13 anos.

Na hipótese de confirmação e fechamento do negócio, em torno de 33 mil hectares físicos já possuem proposta vinculante para aquisição dos direitos de operação pela Terrus S.A., condição da transação. Essa operação deverá ser precedida de uma cisão parcial da Sierentz Agro Brasil Ltda., a ser viabilizada, procedidos os eventos contratuais acordados. O valor aproximado dessa transação é de R\$ 191,2 milhões, mais ou menos o capital de giro. As máquinas e equipamentos pertinentes à operação dos 33 mil hectares físicos já estão incluídos no valor da transação.

A SLC Agrícola vai operar, indiretamente, 63 mil hectares físicos (em torno de 100 mil hectares de área plantada). O plano de produção é de manter o plantio de soja e milho. O algodão será implantado a partir do terceiro ano de produção.

O controle da operação pela SLC Agrícola deverá ocorrer a partir de 01 de julho de 2025. A nova operação permitirá um crescimento de 13% sobre a área plantada na safra 2024/25 e fortalece a estratégia de diversificação geográfica do portfólio de terras sobre gestão, visando diminuir riscos climáticos. Além disso, amplia nossa exposição em áreas arrendadas, passando a representar 66,5% da área física sob gestão da Companhia.

A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo sua submissão à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Eduardo Silva Logemann</b> Presidente	<b>Jorge Luiz Silva Logemann</b> Vice-Presidente
<b>Adriana Waltrick dos Santos</b> Conselheira Independente	<b>Oswaldo Burgos Schirmer</b> Conselheiro Independente
	<b>André Souto Maior Pessôa</b> Conselheiro Independente
	<b>Fernando de Castro Reinach</b> Conselheiro Independente

**CONSELHO FISCAL**

<b>Edirceu Rossi Werneck</b> Conselheiro	<b>Paulo Roberto Kruse</b> Conselheiro	<b>Doris Beatriz França Wilhelm</b> Conselheira
---	---	--

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Aurélio Pavinato</b> Diretor Presidente	<b>Ivo Marcon Brum</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Gustavo Macedo Lunardi</b> Diretor de Suprimentos, Mecanização e Sementes	<b>Álvaro Luiz Dilli Gonçalves</b> Diretor de Recursos Humanos, Sustentabilidade e TI
---	---	---	--

**CONTADOR**

**Aline Antunes e Silva**  
CRC MA-010576/O-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da SLC Agrícola S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A., todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. - datado de 12 de março de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

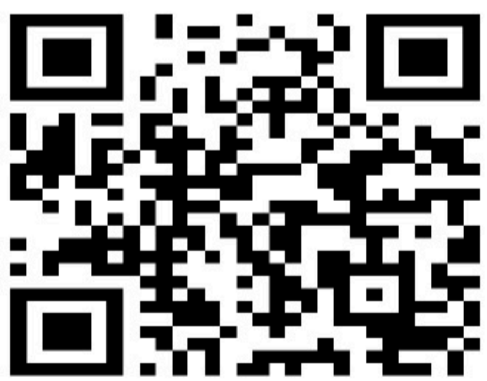
Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 12 de março de 2025.

**RELATÓRIO DA AUDITORIA**

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a975c39b-3eca-4ad8-9330-2c0a0b8d1060/3d0f29c6-ba25-9ba0-d78c-64b0154a87d2?origin=1>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 12 de março de 2025, sem modificações.

# O CONTEÚDO QUE FAZ A DIFERENÇA NO SEU DIA A DIA

ASSINE AGORA



Telefone: (51) 3213.1300  
WhatsApp: (51) 3213.1397  
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br





# Há 75 anos, a LBV transforma vidas

Apoie essa causa: [lbv.org](http://lbv.org)





# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Senhores Acionistas:** A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **A DIRETORIA**

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTE</b>		<b>233.932</b>	<b>240.362</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>140.454</b>	<b>135.937</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	112.724	125.860	FORNECEDORES	4.n	18.785	23.825
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		112.724	125.860	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	24.322	23.231
<b>CRÉDITOS</b>		<b>108.534</b>	<b>98.123</b>	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	30.718	25.769
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.128	76.096	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	30.549	26.892
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(3.384)	(2.487)	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	34.100	34.400
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.013	1.875	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.980	1.820
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	30.526	19.897				
OUTROS CRÉDITOS	4.f	5.252	2.742	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>17.211</b>	<b>33.201</b>
<b>ESTOQUES</b>		<b>618</b>	<b>1.318</b>	FORNECEDORES	4.n	52	7.329
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	5	37	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	17.159	25.872
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	262	503				
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	350	778	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>157.665</b>	<b>169.138</b>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	12.056	15.061				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>68.776</b>	<b>90.412</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.487	28.953	<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>203.219</b>	<b>203.219</b>
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.j	22.435	21.625	CAPITAL SUBSCRITO	6.a	203.219	203.219
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	51	7.329	RESERVAS DE CAPITAL		8	8
INVESTIMENTOS	4.k	151	151	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8
IMOBILIZADO	4.l	44.864	59.300	PREJUÍZO ACUMULADO	6.b	(58.184)	(41.591)
INTANGÍVEL	4.m	1.273	2.008				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>302.708</b>	<b>330.774</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>145.043</b>	<b>161.636</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>302.708</b>	<b>330.774</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	Nota Explicativa	2024	2023
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>7.a</b>	<b>515.621</b>	<b>520.779</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(76.205)	(73.185)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>439.416</b>	<b>447.594</b>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	7.b	(356.732)	(305.504)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>82.684</b>	<b>142.090</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(105.408)</b>	<b>(98.885)</b>
DESPESAS COM VENDAS	7.c	(10.817)	(9.428)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	7.d	(105.831)	(104.982)
DESPESAS FINANCEIRAS	7.e	(388)	(533)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.e	11.629	16.058
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		7.393	1.900
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(15.331)</b>	<b>45.105</b>
OUTRAS RECEITAS		76	4
OUTRAS DESPESAS		(1.338)	(6)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(16.593)</b>	<b>45.103</b>
IMPOSTO DE RENDA	7.f	-	(8.682)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.f	-	(3.242)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.g</b>	<b>(16.593)</b>	<b>33.179</b>
Prejuízo por lote de mil ações		0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	2024	2023
<b>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.593)	33.179
<b>AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:</b>		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	28.162	19.087
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	3.384	2.487
<b>RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>14.953</b>	<b>54.753</b>
<b>VARIAÇÕES DO ATIVO</b>		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(1.519)	(4.688)
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(10.629)	(16.695)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(1.648)	(1.892)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(811)	3.095
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	700	1.394
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	10.283	9.024
<b>VARIAÇÕES DO PASSIVO</b>		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	5.864	3.836
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	57	26
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	448	996
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	2.845	(111)
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	1.126	725
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(12.317)	(6.757)
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	-	(313)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/LUCRO	(482)	482
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(9.013)	(5.660)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(143)</b>	<b>38.213</b>
<b>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1.338	6
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(13.936)	(51.966)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(395)	(499)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(12.993)</b>	<b>(52.459)</b>
<b>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(13.136)</b>	<b>(14.246)</b>
<b>SALDO INÍCIO PERÍODO</b>	<b>125.860</b>	<b>140.106</b>
<b>CAIXA</b>	<b>26</b>	<b>27</b>
<b>BANCOS</b>	<b>8.282</b>	<b>1.065</b>
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>104.416</b>	<b>124.768</b>
<b>SALDO FINAL PERÍODO</b>	<b>112.724</b>	<b>125.860</b>
<b>VARIAÇÃO</b>	<b>(13.136)</b>	<b>(14.246)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31/12/2022</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>	<b>(74.770)</b>	<b>128.457</b>
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	33.179	33.179
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>	<b>(41.591)</b>	<b>161.636</b>
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	(16.593)	(16.593)
<b>SALDO EM 31/12/2024</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>	<b>(58.184)</b>	<b>145.043</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

&gt;&gt;&gt; Continuação



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

#### 1. Contexto Operacional

**A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas.

#### 2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e/ou nas melhores estimativas.

#### 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei n.º 11.638 de 28/12/2007, pela Lei n.º 11.941 de 27/05/2009).

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/02/2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10/03/2025.

#### 4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

##### (a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	26	27
Depósitos Bancários a Vista	8.282	1.065
Títulos de Aplicações Financeiras e SIAC	104.416	124.768
<b>Total</b>	<b>112.724</b>	<b>125.860</b>

##### (b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber de clientes, no encerramento do exercício, tinha a seguinte composição: Dos R\$ 75.128 vencidos e a vencer até 31/12/2024, foram recebidos até 19/02/2025, R\$ 47.270 a vencer e R\$ 7.043 vencidos, que perfazem 72,2% do valor total do saldo do contas a receber de clientes.

Créditos em Aberto	2024		2023	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
<b>Vencidos até 2022</b>		<b>6.887</b>		<b>7.343</b>
- Administração Direta do RS	3.757		4.122	
- Administração Indireta do RS	1.344		1.326	
- Outros Mercados	1.471		759	
- Outros Poderes	315		1.136	
<b>Vencidos em 2023</b>		<b>3.451</b>		<b>16.601</b>
- Administração Direta do RS	1.634		11.964	
- Administração Indireta do RS	804		3.164	
- Outros Mercados	780		364	
- Outros Poderes	233		1.109	
<b>Vencidos em 2024</b>		<b>12.565</b>		<b>52.152</b>
- Administração Direta do RS	9.593		26.317	
- Administração Indireta do RS	1.398		23.738	
- Outros Mercados	986		189	
- Outros Poderes	588		1.908	
<b>Vencidos em 2025</b>		<b>52.225</b>		-
- Administração Direta do RS	29.555		-	
- Administração Indireta do RS	16.211		-	
- Outros Mercados	5.607		-	
- Outros Poderes	852		-	
<b>Total</b>		<b>75.128</b>		<b>76.096</b>

##### (c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a Procergs não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado em 31/12/2024 é de R\$ 3.384 e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos há mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Mais de 180 dias	10.147	3.384	13.531	9.463
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.744	440	2.184	888
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.299	262	2.561	2.853
Até 30 dias	4.341	287	4.628	10.740
<b>Total</b>	<b>18.531</b>	<b>4.373</b>	<b>22.904</b>	<b>23.944</b>

##### (d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de 13º salário, diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

Créditos de Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Antecipações de 13º salário	0	0
Antecipações de Férias	1.001	1.873
Adiantamentos de Viagens/Diárias	12	2
<b>Total</b>	<b>1.013</b>	<b>1.875</b>

##### (e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em lei ou retidos de fornecedores e as contribuições a compensar em pagamentos futuros. Os créditos de PASEP e COFINS são utilizados dentro da própria competência em que são registrados.

O acréscimo em Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar refere-se ao saldo de IRRF quando do recebimento de faturas de clientes, utilizado para pagamento do IRPJ apurado sobre o lucro real (fiscal) no mês seguinte ao da retenção. Durante 2024, foi utilizado parte do saldo existente até 2023, para pagamento por compensação de outros tributos federais (PASEP e COFINS), no valor de R\$ 9.179. O restante do saldo de 2023, foi utilizado em janeiro e fevereiro de 2025, para compensação de PASEP e COFINS. Os valores retidos em 2024, poderão ser utilizados dentro de 2025, assim que por entregue o SPED/ECF, com a apuração anual do IRPJ.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2024	31/12/2023
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	1.201	1.232
IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar	26.149	14.997
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	13	513
IRRF, PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL, ISSQN e ICMS a Compensar	3.163	3.155
<b>Total</b>	<b>30.526</b>	<b>19.897</b>

##### (f) Outros Créditos

São contabilizados bloqueios judiciais, reembolsos de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários, descontado em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueio Judicial	15	175
Outros Créditos	300	21
Reembolso Funcionários Cedidos	4.937	2.546
<b>Total</b>	<b>5.252</b>	<b>2.742</b>

##### (g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição.

##### (h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. Ficaram diferidos no exercício, ordens de serviços abertas em 2024 com expectativa de receita para o próximo exercício.

Diferidos em Exercícios Anteriores		778
Valor Diferido em 2024	(661)	
Acréscimo ao Diferido, em 2024, de Exercícios Anteriores	11.703	
<b>Total dos Valores Diferidos em 2024</b>		<b>11.042</b>
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(117)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(11.353)	
<b>Total Apropriado como Custo em 2024</b>		<b>(11.470)</b>
<b>Valor Diferido para Exercícios Futuros</b>		<b>350</b>

##### (i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize apropria no resultado do período, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2025 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2026 (Longo Prazo). Em Licenças de uso de software, estão os contratos com fornecedores de subscrições de licenças, de longo prazo, que o custo é apropriado mensalmente.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Prêmios de Seguros a Apropriar	145	0	126	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	2.142	0	1.803	0
Vale Transporte a Apropriar	26	0	39	0
Licença de Uso Software a Apropriar	9.731	52	13.078	7.329
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	12	0	15	0
<b>Total</b>	<b>12.056</b>	<b>52</b>	<b>15.061</b>	<b>7.329</b>

##### (j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas que estão em discussão na justiça. Os depósitos a título de garantia do juízo, que são efetuados em ações em que a expectativa de perda ainda é considerada, pela área jurídica, como possível ou remota, não são constituídas provisões, conforme a norma contábil. Esses desembolsos são efetuados pela companhia, para ter a possibilidade de recorrer de decisões. Para os valores considerados como perda provável, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências Trabalhistas.

##### (k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A,

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

##### (l) Imobilizado

Os ativos imobilizados adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

Em 2024, em virtude da enchente de maio, que afetou algumas áreas da companhia, ocorreram perdas de bens. Esses bens foram devidamente baixados da contabilidade, e suas baixas foram computadas em perdas no valor de R\$ 1.338. Também houve o recebimento do seguro, no valor de R\$ 6.000 referente a esses bens.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Depreciação do Período	Baixas no Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Equipamentos de produção	52.294	10.816	(25.985)	(1.338)	35.787
Equipamentos de Apoio	183	2.573	(440)	-	2.316
Instalações/Móveis e Utensílios	2.103	383	(303)	-	2.183
Outros Bens Imobilizados	4.720	162	(304)	-	4.578
<b>TOTAL</b>	<b>59.300</b>	<b>13.934</b>	<b>(27.032)</b>	<b>(1.338)</b>	<b>44.864</b>

##### (m) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Software	2.008	394	(1.129)	1.273

##### (n) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo até 31/12/2024 era de R\$18.785 sendo que neste está incluído R\$2.769 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$52 refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Storageone Comércio de Serviços Ltda. 5490-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2025.

A seguir, quadro demonstrativo de valores devidos a fornecedores, por vencimento. O valor de vencidos há mais de 180 dias referem-se a fornecedores com valor suspenso de pagamento por falta de apresentação de documentação obrigatória ou mesmo pelo encerramento das atividades do fornecedor, sem a devida cobrança. O valor vencido de até 30 dias, foi liquidado em 06 de janeiro de 2025.

Fornecedores	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Mais de 180 dias	893	-	825	-
Até 30 dias	7	-	1.529	-
A vencer	17.885	52	21.471	7.329
<b>Total</b>	<b>18.785</b>	<b>52</b>	<b>23.825</b>	<b>7.329</b>

##### (o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
ISSQN	1.008	1.256
PASEP	1.414	1.358
COFINS	6.526	6.267
ICMS /FUST / FUNTEL	206	201
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546)	5.245	4.869
IRPJ	0	351
CSLL	0	131
IR Retido na Fonte	9.311	8.264
Outros Tributos Retidos na Fonte	612	534
<b>Total de Obrigações</b>	<b>24.322</b>	<b>23.231</b>

##### (p) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, saldo de PPR a pagar, apropriado em 2024 e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento	11.240	9.690
INSS	2.462	1.930
FGTS	1.952	1.828
Rescisões	100	204
PPR	14.924	12.078
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio	40	39
<b>Total</b>	<b>30.718</b>	<b>25.769</b>

##### (q) Provisões de Férias e Encargos

Neste item são registrados os valores de férias devida a funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

Provisões Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Férias e Encargos	30.549	26.892
<b>Total</b>	<b>30.549</b>	<b>26.892</b>

##### (r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de contratação de empréstimos por funcionários com entidades financeiras (Bannrisl e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2024	31/12/2023
Asprocergs	94	76
Procius (Parte funcionários)	507	489
Pensões Alimentícias	154	160
Bancos Empréstimos em Consignação	466	391
Acordos Trabalhistas a pagar	91	91
<b>Total Consignações</b>	<b>1.312</b>	<b>1.207</b>
Obrigações		
Procius (Parte empresa)	622	550
Cauções de Contratos	45	7
Estagiários	38	42
Outras Obrigações	1	14
<b>Total Obrigações Procergs</b>	<b>668</b>	<b>613</b>
<b>Total do Grupo</b>	<b>1.980</b>	<b>1.820</b>

##### 5. Provisões para Contingências Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício.

Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil -

>>> Continuação



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

### 6. Patrimônio Líquido

#### (a) Capital Social

O valor do capital social subscrito é de R\$ 203.219 e está totalmente integralizado. O total de Ações é de 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,7
OI S.A.	ON	1.366.594	0,19
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	ON	431.557	0,06
IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,05
<b>Total das Ações</b>		<b>728.596.845</b>	<b>100</b>

#### (b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(41.591)	(74.770)
Resultado Líquido no Exercício	(16.593)	33.179
<b>Saldo Final de Prejuízo Acumulado</b>	<b>(58.184)</b>	<b>(41.591)</b>

### 7. Resultado Do Período

#### (a) Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 515.621 apresentando um decréscimo nominal de R\$ 5.158 (1%) em relação ao exercício de 2023. O decréscimo se deve à perda de faturamento em maio, em decorrência da enchente e do desligamento do data center. Os valores faturados para as entidades da administração direta e indireta do RS que fazem parte das partes relacionadas, estão abaixo, sendo que todo o faturamento baseia-se em contratos firmados com estas entidades.

A Receita Bruta faturada para a empresa CORSAN, em 2023, foi de R\$ 62.696. Com a privatização da empresa em julho de 2023, a receita ficou dividida em Administração Indireta RS, de janeiro a julho (R\$ 38.543) e Outros Mercados de agosto a dezembro (R\$ 24.153). Em 2024, a receita bruta foi de R\$ 35.754 toda classificada em Outros Mercados.

Receita Operacional Bruta	31/12/2024	31/12/2023
Administração Direta RS	292.907	276.980
Administração Indireta RS	168.048	196.601
Outros Poderes	9.956	11.440
Outros Mercados	44.710	35.758
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>515.621</b>	<b>520.779</b>

#### (b) Custos dos Serviços Prestados

Houve um aumento desproporcional, em relação à receita, dos custos sobre os serviços prestados, devido a enchente ocorrida entre abril e maio de 2024. Com isso, houve a queda de faturamento devido ao desligamento do data center da companhia. Em pessoal, houve um crescimento de 15,76% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento de pessoal próprio com o ingresso de 209 novos funcionários, sendo 85 no primeiro semestre e 124 no segundo semestre de 2024. Também os reajustes de salários e benefícios em julho de 2023 que impactaram de forma integral em 2024. O crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes. A depreciação teve um aumento expressivo devido as novas aquisição de equipamentos advindos dos investimentos feitos a partir do aporte de capital em 2022.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados à Operação	288.771	249.438
Custos de Insumos ligados a Operação	69.697	62.794
Depreciação e Amortização	27.513	18.556
Outros Custos	738	482
(-) Lei do Bem	-	(279)
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(29.987)	(25.487)
<b>Total dos Custos de Serviços Prestados</b>	<b>356.732</b>	<b>305.504</b>

#### (c) Despesas Com Vendas

Despesas com Vendas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal da Área Comercial	9.910	8.994
Despesas da Área Comercial	4	4
Depreciação e Amortização	6	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	897	424
<b>Total das Despesas com Vendas</b>	<b>10.817</b>	<b>9.428</b>

#### (d) Despesas Administrativas

O crescimento em despesas administrativas, se deu, principalmente devido à enchente de maio, onde a companhia precisou desembolsar valores extras com serviços e materiais de instalações e infraestrutura, bem como contratar aluguel de geradores, para o retorno das operações normais. O valor de R\$ 9.886 em Recuperação de Despesas, refere-se ao processo nº 50366102920148210001 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, referente a recuperação de ISSQN recolhido no exercício 2006.

Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Administrativo	54.258	51.187
Despesas Administrativas	12.714	8.481
Depreciação e Amortização	642	524
Provisão para Contingências	18.318	20.377
Recuperação Despesas	(10.088)	(1.074)
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	29.987	25.487
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>105.831</b>	<b>104.982</b>

#### (e) Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Juros Recebidos ou Auferidos	-	1
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras - SIAC	9.880	15.526
Correção Monetária	1.712	379
Atraso Pagamentos de Clientes	37	152
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>11.629</b>	<b>16.058</b>
Juros Pagos ou Ocorridos	(84)	(37)
Descontos Concedidos	(2)	(5)
Comissões e Despesas Bancárias	(15)	(15)
Multa s/ Pagamentos em Atraso	(5)	(96)
Comissões s/ Cobrança	(281)	(361)
Variáveis Monetárias de Obrigações	(1)	(19)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(388)</b>	<b>(533)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>11.241</b>	<b>15.525</b>

#### (f) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Em 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Em 2024, a companhia, através da Procuradoria-Geral do Estado, na Ação Cível Originária nº 3.695, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, nos termos do art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, obteve o deferimento de liminar, pelo Relator Ministro Edson Fachin, a qual foi referendada pelo Plenário do STF, em 11/11/2024. A liminar determinou que a União deixasse de cobrar os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Procergs, até o encerramento da ação. Assim, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa, mas CSLL, PASEP e COFINS não, pois a imunidade incide sobre impostos, não se estendendo as contribuições.

No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento do Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$ 3.526.

Alíquotas Efetivas	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.593)	(16.593)	45.103	45.103
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-	6.765	4.059
<b>(+) Adições</b>				
Lucro das Faturas recebidas no ano	277.750	277.750	331.754	331.754
Acrescimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.171	23.171	26.198	26.198
Outras Adições	153	153	128	128
<b>(-) Exclusões</b>				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(255.897)	(255.897)	(319.689)	(319.689)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(27.257)	(27.257)	(26.037)	(26.037)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(4.853)	(4.853)	(5.821)	(5.821)
Lei do Bem	-	-	(167)	(167)
Outras Exclusões	-	-	(4)	(4)
<b>(=) Lucro Real</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>51.465</b>	<b>51.465</b>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%			(15.440)	(15.440)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>36.026</b>	<b>36.026</b>
IRPJ e CSLL a Pagar			5.404	3.242
Adicional de IRPJ de 10%	-	-	3.579	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(216)	-
Prorrogação licença maternidade	-	-	(84)	-
<b>Valor Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.682</b>	<b>3.242</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>19,25%</b>	<b>7,19%</b>

#### (g) Resultado Líquido do Período

O Resultado Líquido do Exercício de 2024, apurado obedecendo ao princípio da competência, foi um prejuízo de R\$ 16.593, apresentando um decréscimo em relação ao resultado de 2023, devido aos eventos climáticos e queda de receita.

### 8. Outras informações

#### (a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	502
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	*33.031

\* Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente

#### (b) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

#### 09. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS24 e observando a Política interna de transações com Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024 as partes relacionadas com a Procergs são: Estado do Rio Grande do Sul, OI S.A., Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores a seguir evidenciam as transações entre a Procergs e partes relacionadas.

#### (a) Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, aos órgãos, secretarias e fundações administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 292.907 (R\$ 276.980 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 14.984 vencidos e R\$ 29.555 a vencer.

#### (b) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, foi de R\$ 35.754 (R\$ 62.696 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 4.959 a vencer.

#### (c) IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação no ano de 2024, foi de R\$ 6.823 (R\$ 18.237 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 1.599 vencidos e R\$ 605 a vencer.

#### (d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração para a Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia (Ata 123 de 10/01/2022).

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração e Encargos	3.934	3.261
Benefícios	266	220

#### 10. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas. Até o encerramento das Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.

### Diretoria

Nome	Função	CPF
<b>LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA</b>	DIRETOR-PRESIDENTE	CPF 220.946.440-49
<b>KAREN MARIA GROSS LOPES</b>	Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes	CPF 533.611.990-34
<b>ROMERO LEITE PIMENTEL</b>	Diretor Administrativo-Financeiro	CPF 723.179.061-53
<b>MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI</b>	Diretor de Soluções Digitais	CPF 729.617.160-04
<b>SANDRO LEITE FURTADO</b>	Diretor de Sistemas Transacionais	CPF 035.481.111-81
<b>DIOGO PRESTES IORI</b>	Diretor Interino de Infraestrutura e Operações	CPF 015.940.980-26
<b>ANDRÉA GONÇALVES ALVES</b>	CPF 658.564.810-20	CRC-RS nº 076011/O-6

### Conselho de Administração

Nome	Função
<b>RICARDO NEVES PEREIRA</b>	Presidente
<b>DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO</b>	Conselheiro
<b>AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES</b>	Conselheiro
<b>MAURICIO DE ALVES LACERDA</b>	Conselheiro
<b>JORGE FERNANDO KRUG SANTOS</b>	Conselheiro
<b>VICTOR HERZER DA SILVA</b>	Conselheiro

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. PORTO ALEGRE - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

**MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC RS 4632/O  
**DIEGO ROTERMUND MOREIRA**  
Contador CRC RS 68603  
CNAI Nº 1128  
Sócio - Responsável Técnico

&gt;&gt;&gt; Continuação

**PROCERGS****CENTRO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social e tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2024. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Alan Pena Tosta da Silva  
Conselheiro Fiscal

Porto Alegre, 10 de março de 2025.

Cristiano Martyniak de Lima  
Conselheiro Fiscal

# Jornal do Comércio

Com visual  
dinâmico e  
navegação  
intuitiva,  
ficou mais fácil  
se informar.

Baixe já o  
app do JC

Aplicativo disponível  
nas principais  
plataformas digitais

